

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	5
REPORTING FINANCEIRO.....	9
ANÁLISE ORÇAMENTAL	11
RECEITA	13
RECEITA PRÓPRIA	16
TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS	18
FINANCIAMENTO BANCÁRIO	19
DESPESA	20
DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – CORRENTE E CAPITAL.....	22
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL	23
DESPESAS COM PESSOAL	25
COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES DE ANOS SEGUINTE.....	27
RESULTADO ORÇAMENTAL	27
PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS	29
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	30
BALANÇO	31
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	37
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	39
ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	39
CONTABILIDADE DE GESTÃO.....	42
ANÁLISE DE CUSTOS E RENDIMENTOS POR FUNÇÕES.....	45
OUTRAS SITUAÇÕES	49
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	49
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	50

INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, devem traduzir com rigor o desempenho económico e financeiro da respetiva entidade, aferida a um determinado período, usualmente um ano civil.

O presente Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025 traduz a apresentação de contas do Município de Alcácer do Sal, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Este documento respeita a estrutura apresentada pela Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO), para o Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas. O balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, o anexo às demonstrações financeiras, a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis que decorrem da Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro (LEO), na sua redação atual e do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP) também na sua atual redação.

Os documentos agora apresentados foram também elaborados de acordo com as normas não revogadas pelo SNC-AP do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, e com as Instruções nº 1/2019 - Plenário Geral, publicadas na IIª Série do Diário da República nº 46/2019 de 6 de março do Tribunal de Contas, posteriormente atualizada pela Resolução n.º 6/2025, de 13 de fevereiro, do mesmo Tribunal.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Contudo, atendendo à situação de calamidade que afetou o Concelho de Alcácer do Sal, foi decretada a 1 de fevereiro de 2026, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026, a situação de calamidade em resultado da tempestade “Kristin”.

Na sequência desta situação, vários serviços desta autarquia foram severamente afetados, não reunindo as condições mínimas de trabalho efetivo. Nomeadamente os trabalhadores que elaboram os reportes relativos à prestação de contas do Município, que foram alocados a uma “Task Force” de apoio à população afetada.

Estes factos, impediram dar cumprimento ao prazo legal de apresentação de contas até dia 30 de abril, conforme referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e a sua remessa ao Tribunal de Contas até à mesma data conforme preconizado no n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto.

Desta forma, o Município de Alcácer do Sal solicitou em 10 de fevereiro de 2026 a prorrogação do prazo para a entrega da Prestação de Contas relativa ao ano de 2025 junto do Tribunal de Contas, pedido esse que mereceu despacho favorável face aos motivos invocados, até 30 de junho de 2026, tal como consta do despacho sobre o processo 17/2026 do Tribunal de Contas de 10 de março.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos e melhorar a transparência das contas das entidades públicas.

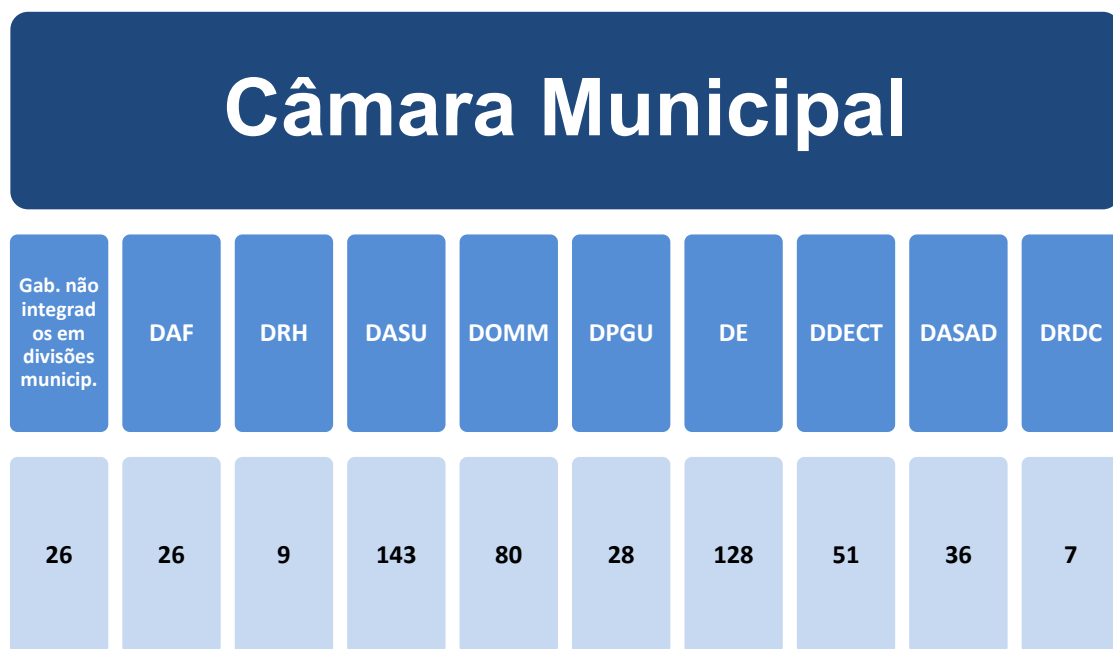
Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

O Município de Alcácer do Sal, em 31 de dezembro de 2025, contou com 534 trabalhadores, distribuídos por várias unidades orgânicas.

Os Gabinetes não integrados em divisões municipais, a saber, o Gabinete de Apoio à Presidência, o Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, o Gabinete Jurídico, o Serviço Municipal de Contraordenações, o Gabinete de Comunicação, o Gabinete Veterinário e o Serviço Municipal de Proteção Civil. A DAF - divisão de administração e finanças, a DRH - divisão de recursos humanos, a DASU - divisão de ambiente e serviços urbanos, a DOMM - divisão de obras municipais e mobilidade, a DPGU - divisão de planeamento e gestão urbanística, a DE - divisão de educação, a DDECT - divisão de desenvolvimento económico, cultura e turismo, a DASAD - divisão de desenvolvimento social, associativismo e desporto, e, a DRDC – divisão de rede de dados e cibersegurança.

Figura 1 - Distribuição dos Trabalhadores por Unidades Orgânicas



O Município conta ainda com: um trabalhador em cedência de interesse público na Direção de Turismo do Alentejo; dois trabalhadores em comissão de serviço em duas juntas de freguesia; dois em mobilidade entidades públicas e, por último, seis em licença sem remuneração.

O total de trabalhadores em relação a 2024 aumentou 2%, representando em termos absolutos, um acréscimo de oito trabalhadores. Esta diminuição deve-se às entradas e saídas que ocorreram durante o ano de 2025.

Na distribuição por carreira, foi na de técnico superior onde se registou um maior aumento, seis trabalhadores. No entanto, é a carreira de assistente operacional que continua a ser a mais representativa no Município com um peso de 61% sobre o total de trabalhadores, seguida pela carreira de assistente técnico com 20% e só por último, a carreira de técnico superior com 15%.

Quanto à distribuição por habilitações literárias, onde existiu a maior variação foi no grupo de trabalhadores com 4 anos de escolaridade e no grupo de trabalhadores com o 12º ano ou equivalente, no primeiro grupo houve uma diminuição de 10 trabalhadores e em contrapartida, no segundo grupo um aumento também de 10 trabalhadores. Em 2025, mantém-se assim o nível de escolaridade com maior peso na estrutura, o 12º ano de escolaridade, representando 34% dos trabalhadores.

O intervalo de idades entre os 45 e os 49, continua no ano de 2025 a ser o mais representativo do Município com 21% do total de trabalhadores logo seguido pelo intervalo de idades entre os 50 e os 54 com 16%.

O Município tem ao serviço 227 homens e 307 mulheres, menos 3 homens e mais 11 mulheres do que tinha em 2024, alterando o peso percentual no total dos trabalhadores respetivamente para 43% e 57%.

Mostramos abaixo os gráficos relativos aos recursos humanos do Município, onde se encontram alguns dos dados acima referidos:

Gráfico 1 - Distribuição dos Trabalhadores por Carreira ou Função

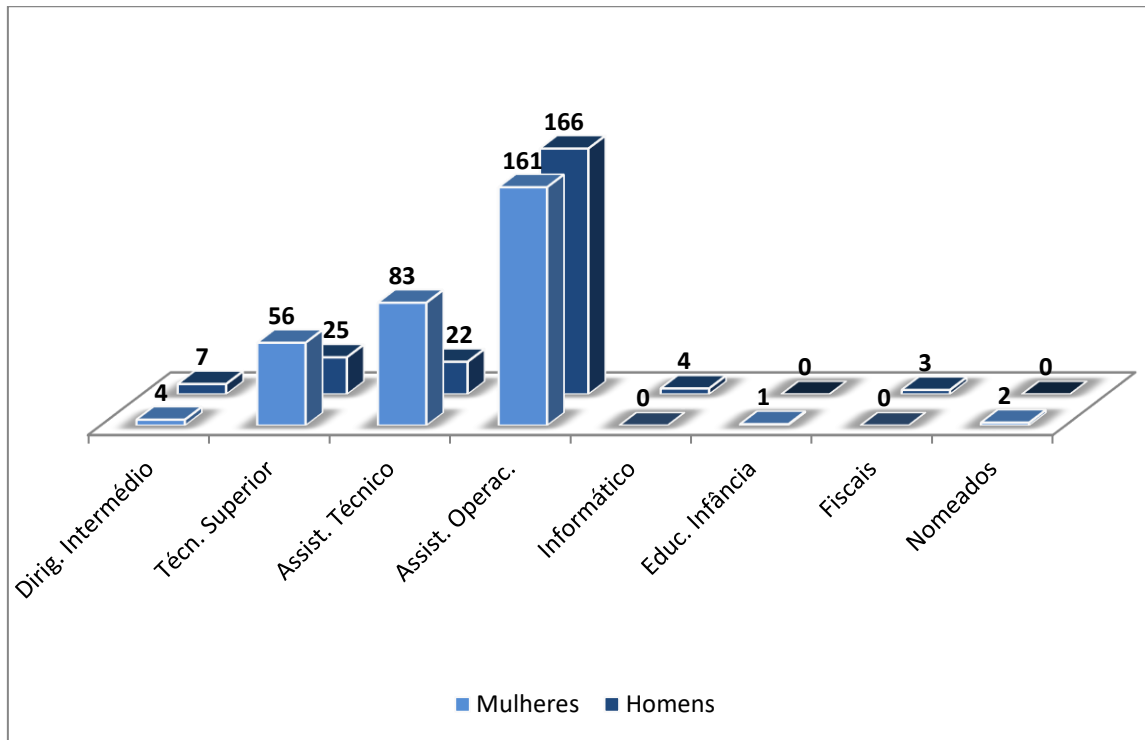


Gráfico 2 - Distribuição dos Trabalhadores por Habilitações Literárias

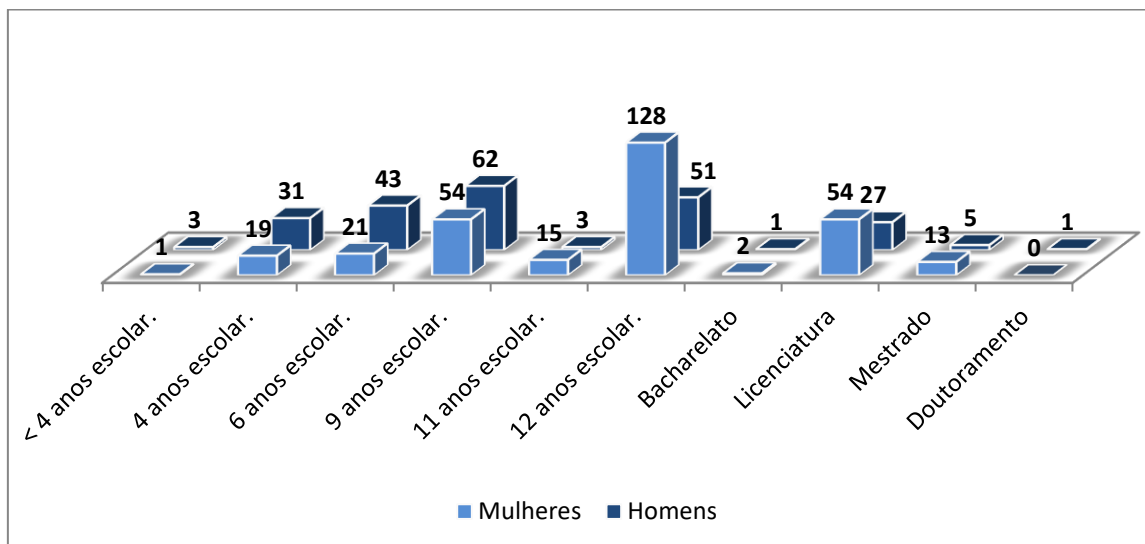


Gráfico 3 - Distribuição dos Trabalhadores por Faixa Etária

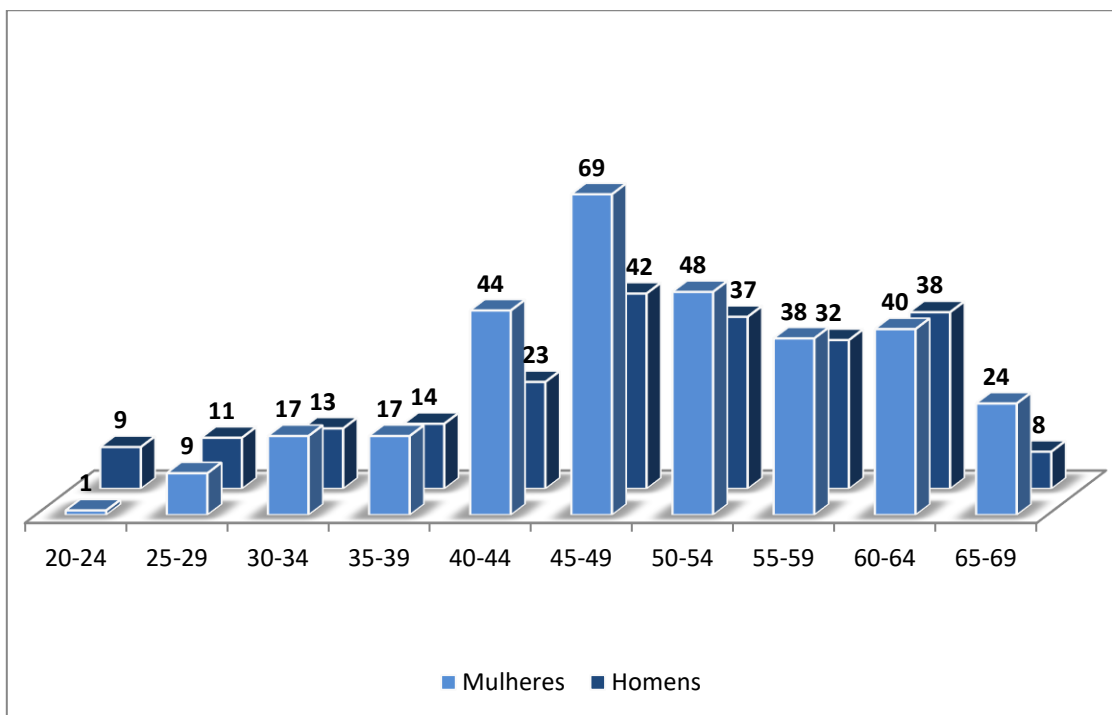
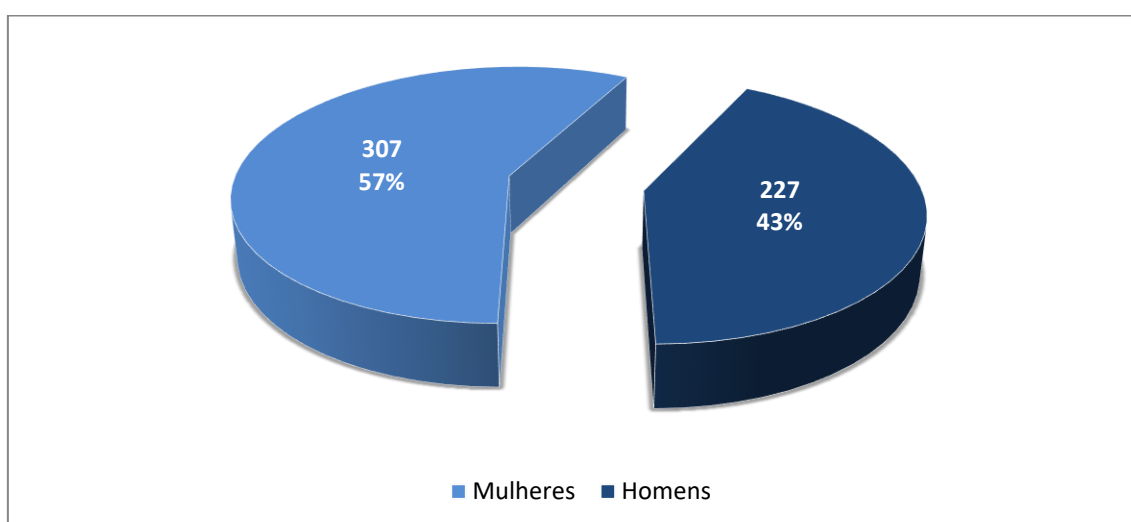


Gráfico 4 - Distribuição dos Trabalhadores por Género



REPORTING FINANCEIRO

O SNC-AP traz uma nova abordagem de prestação de contas. Para além do cumprimento legal integra também, a harmonização e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional.

Este normativo é constituído por 3 subsistemas de contabilidade: orçamental, financeira e de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental; já a contabilidade financeira, tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, e permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa; por sua vez, a contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Estamos perante uma forte alteração de paradigma, pelo que destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Economia

Em 2025, a economia mundial evoluiu num contexto marcado por incerteza geopolítica e económica, e foi influenciada pelos efeitos acumulados de diversos acontecimentos recentes, tais como, conflitos armados em várias regiões do mundo, instabilidade no comércio internacional e o impacto das políticas monetárias contracionista implementadas para manter a inflação controlada. Ainda assim, em 2025 verificou-se uma estabilização paulatina da economia

Em Portugal, a economia manteve um ritmo de crescimento moderado, sustentado sobretudo pelo desempenho da procura interna e do mercado de trabalho.

Quadro 1 - Indicadores

	2024	2025	2026 previsional
PIB	2,1	1,9	1,8
Consumo Privado	3,0	3,5	2,0
Consumo Público	1,5	1,7	1,2
Investimento (FBCF)	4,2	3,5	3,8
Exportações	3,1	0,4	1,4
Importações	4,8	4,2	1,9
Taxa de Inflação (IHPC)	2,7	2,2	2,8
Taxa de desemprego	6,4	6,0	5,9

Fontes: Orçamento Estado 2026; Boletim Económico do Banco de Portugal – março 2026

O Produto Interno Bruto em 2025 cresceu 1,9%, após ter registado uma taxa de 2,2% no ano anterior. A componente que mais contribuiu para o crescimento do PIB foi o Consumo Privado que cresceu 3,5 em 2025.

Relativamente ao IHPC, (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor), mostra um significativo abrandamento face a 2024.

A Taxa de Desemprego situou-se em 6,0%, que representa um valor baixo em termos históricos

A economia portuguesa manteve as condições de estabilidade macroeconómica em 2025, embora persistam desafios estruturais ao seu potencial crescimento. Torna-se por isso necessário manter uma gestão financeira prudente, baseada na manutenção de contas equilibradas e de uma utilização responsável da capacidade de endividamento, de modo a garantir a continuidade dos projetos estruturantes do Município e necessidades da população

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Em 2025 a Receita Global cobrada pelo Município de Alcácer foi ligeiramente superior a 52 milhões de euros, tal como se evidência no Quadro 2:

Quadro 2 - Análise Orçamental da Receita

Designação	Orçamento Receita 01/01/2025 €	Receita Corrigida 31/12/2025 €	Receita Cobrada €	Taxa Execução %
Impostos Diretos	8 628 340,00	8 628 340,00	9 242 027,10	107,11
Taxas, Multas e O. Penalidad	935 511,00	935 511,00	845 014,81	90,33
Rendimentos Propriedade	1 021 645,00	1 021 645,00	918 667,21	89,92
Transferências Correntes	14 050 719,00	14 050 719,00	13 554 388,36	96,47
Venda Bens/Serv. Correntes	2 876 869,00	2 876 869,00	2 369 495,36	82,36
Outras Receitas Correntes	10 575 244,00	10 575 244,00	95 544,89	0,90
RECEITAS CORRENTES	38 088 328,00	38 088 328,00	27 025 137,73	70,95
Venda Bens Investimento	222 678,00	222 678,00	208 040,00	93,43
Transferências Capital	7 488 280,00	7 488 280,00	7 756 526,09	103,58
Ativos Financeiros	100,00	100,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	200,00	200,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	13 983 046,00	13 983 046,00	5 711,65	0,04
RECEITAS CAPITAL	21 694 304,00	21 694 304,00	7 970 277,74	36,74
Reposições não abatidas pag.	0,00	2 000,00	466,35	23,32
Saldo Orçamental	0,00	17 173 556,22	17 173 556,22	100,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	17 175 556,22	17 174 022,57	99,99
TOTAL DAS RECEITAS	59 782 632,00	76 958 188,22	52 169 438,04	67,79

A Receita Corrente cobrada apresenta uma taxa de execução de 70,95% face à receita corrente corrigida, sendo que os Impostos Diretos revelam o maior grau de execução. No entanto, as Transferências Correntes mantêm-se como a rubrica com maior peso no conjunto em apreço, com grande destaque face às restantes.

A Receita de Capital cobrada apresenta uma taxa de execução de apenas 36,74% face à Receita de Capital corrigida, sendo que as Transferências de Capital voltam a ser a rubrica com maior peso relativo no desagregado apresentado.

Relativamente à taxa de execução global, na comparação entre Receita Cobrada e Receita Corrigida, o resultado alcançado é superior a 67%.

No Quadro seguinte apresentam-se, por grandes grupos, os valores a que se chegou do lado da Despesa:

Quadro 3 - Análise Orçamental da Despesa

Designação	Orçamento Despesa 01/01/2025 €	Despesa Corrigida 31/12/2025 €	Despesa Paga €	Taxa Execução %
Pessoal	15 430 832,00	16 740 909,19	13 025 740,65	77,81
Aquisição Bens e Serviços	18 960 694,00	28 417 143,40	9 234 655,89	32,50
Juros e Outros Encargos	32 231,00	52 231,00	14 659,49	28,07
Transferências Correntes	3 282 233,00	3 279 749,61	2 113 383,18	64,44
Outras Despesas Correntes	248 022,00	3 045 395,60	126 930,73	4,17
DESPESAS CORRENTES	37 954 012,00	51 535 428,80	24 515 369,94	47,57
Aquisição Bens Capital	21 564 270,00	24 845 099,42	8 548 421,93	34,41
Transferências Capital	66 970,00	354 530,00	340 903,32	96,16
Passivos Financeiros	197 380,00	223 130,00	159 617,27	71,54
Outras Despesas Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CAPITAL	21 828 620,00	25 422 759,42	9 048 942,52	35,59
TOTAL DAS DESPESAS	59 782 632,00	76 958 188,22	33 564 312,46	43,61

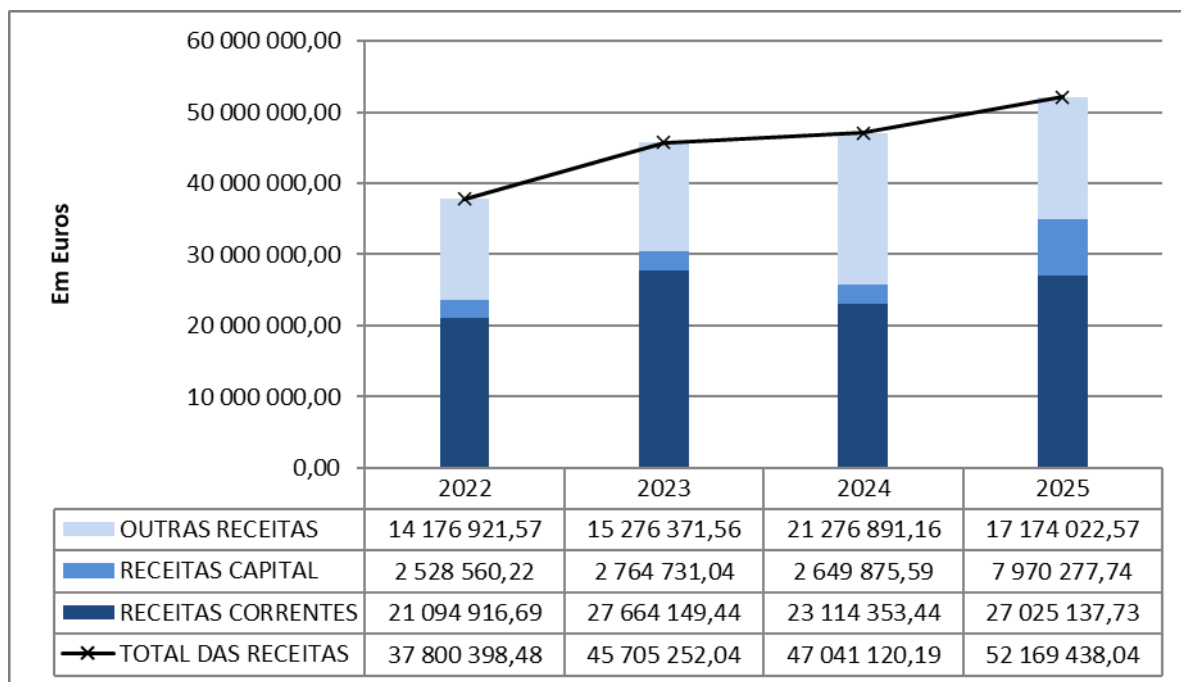
Numa leitura homóloga à realizada para as receitas, verifica-se que a taxa global de execução das despesas pagas foi de 43,61%, um resultado conjugado de uma taxa de execução das despesas pagas correntes de 47,57% e de uma taxa de execução das despesas pagas de capital de 35,59%.

As rubricas com maior peso nas Despesas Correntes foram as Despesas com Pessoal e, no lado das Despesas de Capital, as Aquisições de Bens de Capital, ambas com pesos muito significativos relativamente aos totais dos respetivos subsectores (53,1% e 94,5%, respetivamente).

RECEITA

Aprofundando agora especificamente a área das Receitas, apresenta-se o Gráfico 5 onde consta a evolução da Receita Cobrada nos últimos 4 anos:

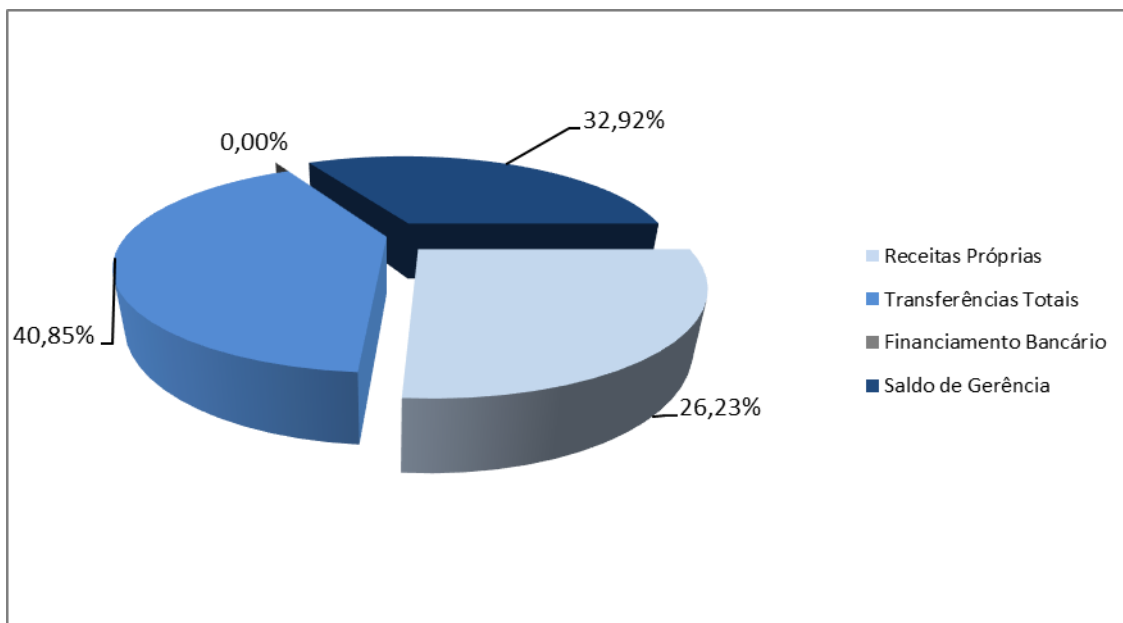
Gráfico 5 - Evolução da Receita Cobrada



Verifica-se um acréscimo anual das Receitas relativamente ao ano anterior – 5,1 milhões de euros – para o qual contribuíram o grupo das Receitas de Capital e das Receitas Correntes.

Em resultado dos valores alcançados a distribuição da Receita foi a que se evidencia no Gráfico 6:

Gráfico 6 - Distribuição da Receita Cobrada



Relativamente ao peso relativo de cada componente, verifica-se uma diminuição do Saldo de Gerência (- 12%), por contrapartida do aumento das restantes componentes.

Por grandes grupos, a evolução da Receita municipal é a seguinte:

Quadro 4 - Evolução da Receita

Designação	2024			2025			Δ período homólogo
	Dotada €	Cobrada €	Exec. %	Dotada €	Cobrada €	Exec. %	
Impostos Diretos	8 587 189,00	5 737 239,54	66,81	8 628 340,00	9 242 027,10	107,11	61,09
Imposto Municipal sobre Imóveis	1 562 187,00	1 587 642,95	101,63	1 579 989,00	1 752 672,35	110,93	10,39
Imposto Único Circulação	321 609,00	344 389,01	107,08	337 353,00	364 326,77	108,00	5,79
Imposto Municipal Transm. Onerosas	6 494 726,00	3 488 028,01	53,71	6 413 043,00	6 856 697,06	106,92	96,58
Derrama	208 667,00	317 179,57	152,00	297 955,00	268 330,92	90,06	-15,40
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas, Multas e O. Penalidades	772 152,00	806 862,43	104,50	935 511,00	845 014,81	90,33	4,73
Rendimentos Propriedade	933 786,00	772 547,49	82,73	1 021 645,00	918 667,21	89,92	18,91
Transferências Correntes	13 441 188,00	13 183 509,43	98,08	14 050 719,00	13 554 388,36	96,47	2,81
Transferências Orc. Estado	11 440 071,00	11 186 477,35	97,78	11 996 488,00	11 542 718,65	96,22	3,18
Del. Competências	2 001 117,00	1 997 032,08	99,80	2 054 231,00	2 011 669,71	97,93	0,73
Venda Bens/Serv. Correntes	2 725 271,00	2 541 742,97	93,27	2 876 869,00	2 369 495,36	82,36	-6,78
Outras Receitas Correntes	9 953 977,00	72 451,58	0,73	10 575 244,00	95 544,89	0,90	31,87
RECETAS CORRENTES	36 413 563,00	23 114 353,44	63,48	38 088 328,00	27 025 137,73	70,95	16,92
Venda Bens Investimento	217 434,00	161 182,06	74,13	222 678,00	208 040,00	93,43	29,07
Transferências Capital	4 697 915,00	2 487 903,03	52,96	7 488 280,00	7 756 526,09	103,58	211,77
Ativos Financeiros	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	8 381 439,00	790,50	0,01	13 983 046,00	5 711,65	0,04	622,54
RECETAS CAPITAL	13 297 088,00	2 649 875,59	19,93	21 694 304,00	7 970 277,74	36,74	200,78
Reposições não abatidas Pagam.	2 500,00	308,47	12,34	2 000,00	466,35	23,32	51,18
Saldo Orçamental	21 276 582,69	21 276 582,69	100,00	17 173 556,22	17 173 556,22	100,00	-19,28
OUTRAS RECETAS	21 279 082,69	21 276 891,16	99,99	17 175 556,22	17 174 022,57	99,99	-19,28
TOTAL DAS RECETAS	70 989 733,69	47 041 120,19	66,26	76 958 188,22	52 169 438,04	67,79	10,90

O conjunto das Receitas Municipais registou um incremento na ordem dos 10,9% correspondentes a cerca de 5,1 milhões de euros, em resultado do crescimento da componente de receitas de capital (200,78%) e correntes (16,92%). Estas percentagens correspondem, respetivamente, a aumentos aproximadamente de 5,3 milhões de euros e 3,9 milhões de euros.

O aumento das receitas de capital corresponde essencialmente ao financiamento da empreitada de Construção de 30 Fogos – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Por outro lado, o conjunto de Outras Receitas demonstra um decréscimo de 19,28% correspondente a cerca de 4,1 milhões de euros, em resultado da diminuição do saldo orçamental.

RECEITA PRÓPRIA

Em 2025 a Receita Própria ascendeu a mais de 13,3 milhões de euros.

Este aumento face a 2024 em mais de 35%, deveu-se essencialmente aos valores relativos aos impostos diretos que por si só aumentaram mais de 61%.

A sua evolução nos últimos 4 anos está documentada no Quadro 5 que se apresenta:

Quadro 5 - Evolução da Receita Própria Cobrada

RECEITA PRÓPRIA COBRADA	2022 €	2023 €	2024 €	2025 €	Δ 25/24 %
Impostos Diretos	6 017 054,59	11 555 886,74	5 737 239,54	9 242 027,10	61,09
Taxas, Multas e O. Penalid.	400 541,73	706 516,06	806 862,43	845 014,81	4,73
Rendimentos Propriedade	862 352,54	1 021 022,38	772 547,49	918 667,21	18,91
Venda de Bens/Serv. Correntes	2 642 496,97	2 493 781,75	2 541 742,97	2 369 495,36	-6,78
TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	9 922 445,83	15 777 206,93	9 858 392,43	13 375 204,48	35,67

Os Impostos Diretos voltaram a ser a rubrica que mais contribui para as Receitas Próprias municipais, representando mais de 69% do total arrecadado, como se discrimina no quadro seguinte que apresenta a evolução desta receita, desagregada por cada um dos impostos municipais:

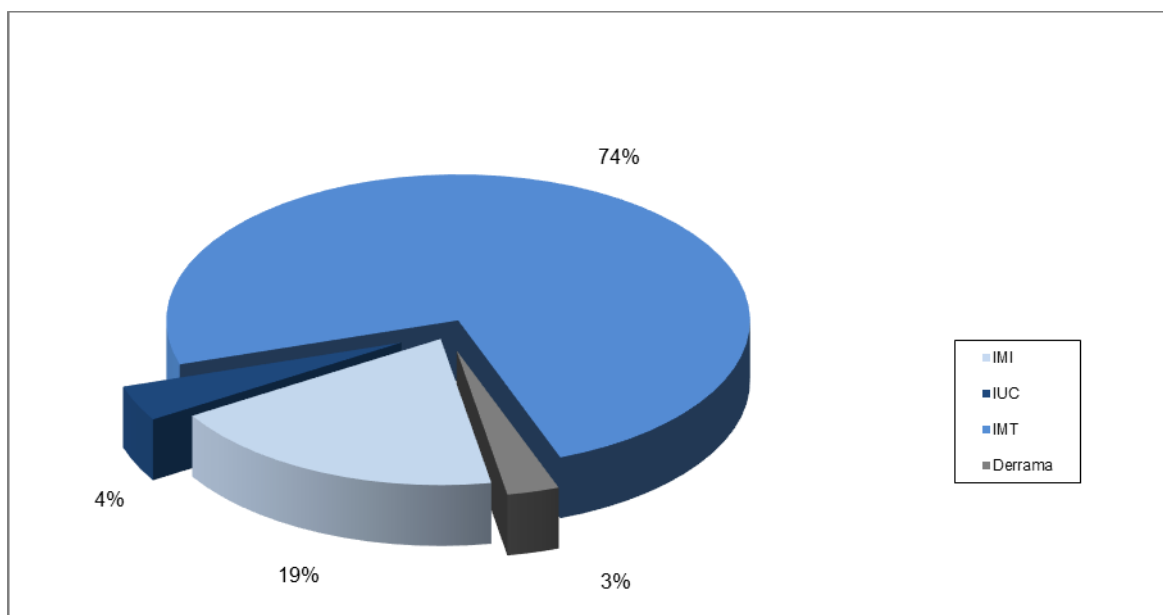
Quadro 6 - Evolução dos Impostos Diretos

IMPOSTOS DIRETOS	2022	2023	2024	2025
Imposto Municipal Imóveis	1 553 827,63	1 584 965,86	1 587 642,95	1 752 672,35
Imposto Único Circulação	315 552,12	340 773,70	344 389,01	364 326,77
Imposto Municipal Transm. Onerosas	3 921 712,29	9 432 457,62	3 488 028,01	6 856 697,06
Derrama	225 962,55	197 689,56	317 179,57	268 330,92
TOTAL IMPOSTOS DIRETOS	6 017 054,59	11 555 886,74	5 737 239,54	9 242 027,10

O IMT foi o grande responsável pelo aumento da Receita dos impostos municipais, apresentando um aumento de mais de 96% relativamente ao ano anterior.

O peso relativo de cada um dos Impostos Diretos, em 2025, é agora como se apresenta no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Estrutura dos Impostos



TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

Para além das Receitas Próprias, assumem particular relevância as Transferências obtidas, remetendo-nos para os valores do Quadro 7, onde se quantifica a respetiva evolução nos últimos 4 anos:

Quadro 7 - Evolução das Transferências Obtidas

TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS	2022 €	2023 €	2024 €	2025 €	Δ 25/24 %
Transf. Corr. OE e Outras/Estado	11 155 323,90	11 427 955,50	13 010 300,81	13 465 092,80	3,50
Projetos Cofinanciados	223 633,65	321 968,36	103 441,94	0,00	-100,00
Outras Transf. Correntes	64 893,41	71 220,60	69 766,68	89 295,56	27,99
TOTAL TRANSF. CORRENTES	11 443 850,96	11 821 144,46	13 183 509,43	13 554 388,36	2,81
Transf. Cap. OE e Outras/Estado	1 236 695,20	1 782 915,00	1 827 356,56	1 983 691,97	8,56
Projetos Cofinanciados	926 439,76	860 288,79	660 546,47	5 772 834,12	773,95
TOTAL TRANSF. CAPITAL	2 163 134,96	2 643 203,79	2 487 903,03	7 756 526,09	211,77
TOTAL TRANSF. OBTIDAS	13 606 985,92	14 464 348,25	15 671 412,46	21 310 914,45	35,99

Globalmente, registou-se um incremento das Transferências Obtidas 35,99%, conjugação do acréscimo das Transferências Correntes 2,81% e das Transferências de Capital 211,77%. Este aumento significativo das Transferências de Capital resultou dos financiamentos recebidos para os seguintes projetos: Construção de 30 Fogos – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (cerca de 3 milhões de euros); Parque Intermodal da Margem Sul (cerca de 700 mil euros), e ainda cerca de 370 mil euros no âmbito do Bairro Miguel Torga – Zona H2 no Torrão.

FINANCIAMENTO BANCÁRIO

No caso do Financiamento bancário, os valores do capital em dívida encontram-se evidenciados no Quadro 8:

Quadro 8 - Financiamento Bancário

Finalidade	Capital em Dívida		Δ %
	31/12/2024	31/12/2025	
Parque Urbano e Interface de Transportes	495 495,11	424 680,52	-14,29
Req. Oficina Criança; Centro Escolar Telheiros; Plano Mobilidade Torrão e Outros	932 428,14	843 625,46	-9,52
TOTAL	1 427 923,25	1 268 305,98	-11,18

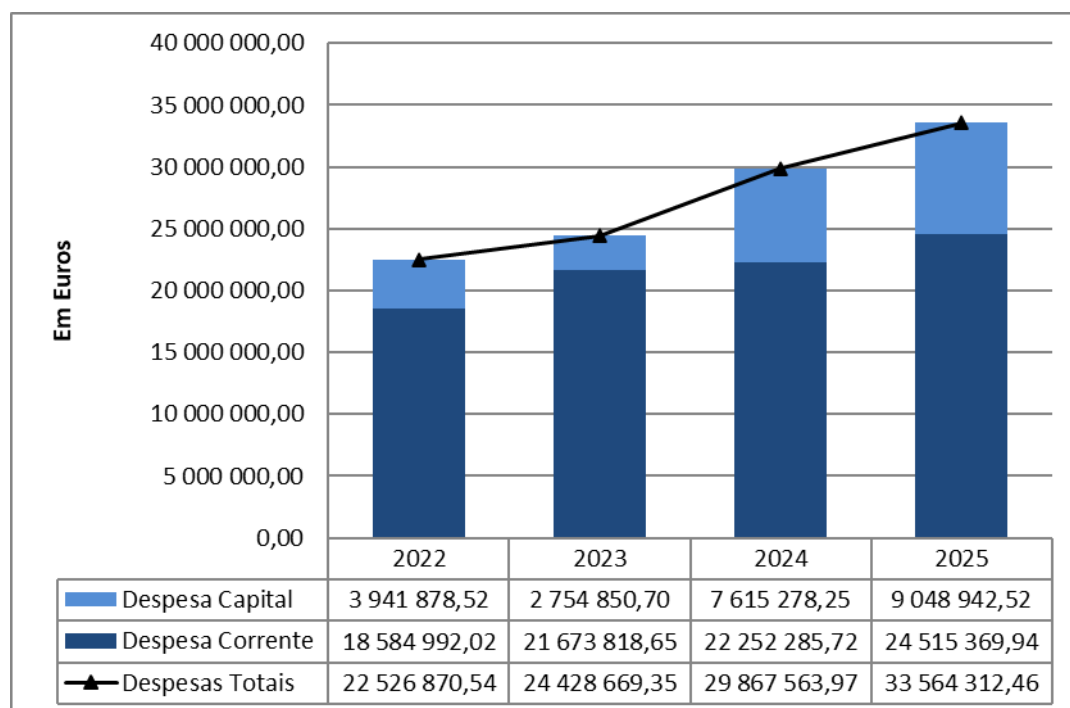
Globalmente, em 2025, o capital em dívida no final do exercício diminuiu 11,18%, o equivalente a 159.617,27 euros, resultado das amortizações ordinárias previstas no serviço da dívida dos empréstimos para o ano em apreço, conjugado com a ausência de recurso a novos financiamentos.

DESPESA

No final de 2025, a Despesa paga, cresceu cerca de 3,7 milhões de euros, ascendendo a mais de 33,5 milhões de euros. A despesa de capital aumentou em cerca de 1,4 milhões de euros e a despesa corrente em cerca de 2,3 milhões de euros.

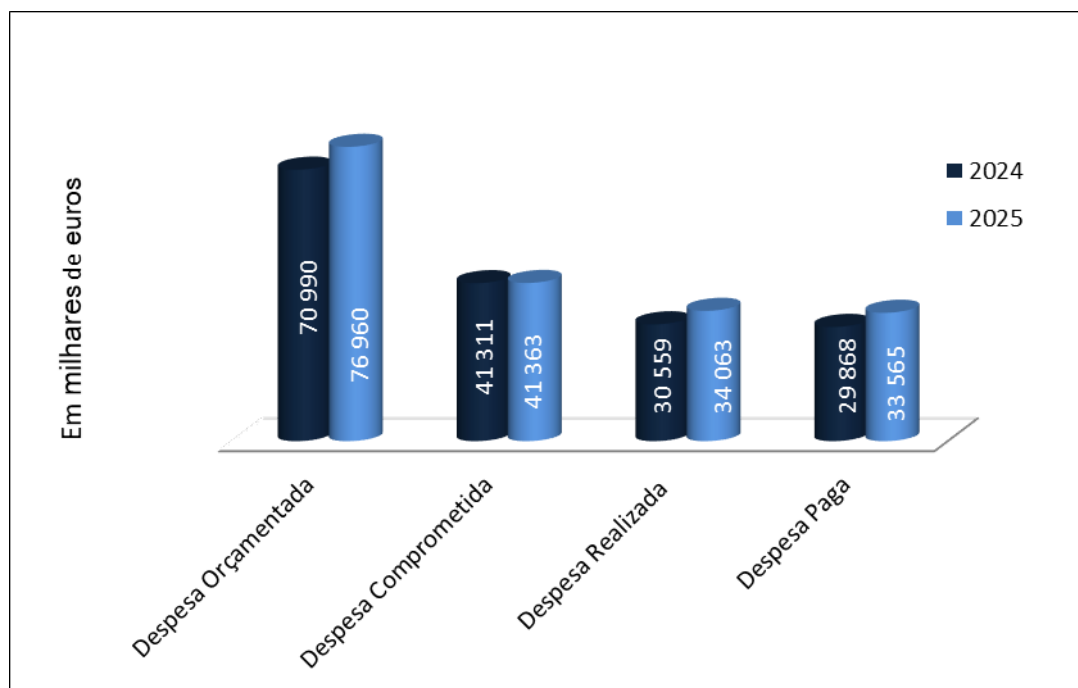
O gráfico seguinte mostra e quantifica a evolução da Despesa paga ao longo dos últimos quatro anos:

Gráfico 8 - Evolução da Despesa Paga



O Gráfico 9 representa a Despesa orçamentada, comprometida, realizada e paga, comparando idênticos critérios com o ano anterior:

Gráfico 9 - Evolução da Despesa por Tipo



Registe-se que os compromissos assumidos e não pagos, foram de 7,8 milhões de euros, dos quais, 7,3 milhões euros estavam comprometidos e desses, 498 mil euros estavam faturados e não foram pagos, situações semelhantes às verificadas nos anos anteriores e que se prendem, essencialmente com faturas entradas nos últimos dias do ano ou faturas pendentes de pagamento por aguardarem comprovativos da situação fiscal tributária e da Segurança Social dos diversos credores ou ainda e finalmente, faturas que aguardam a necessária conferência dos diversos serviços municipais.

DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – CORRENTE E CAPITAL

A execução da Despesa Corrente paga foi de 47,57% relativamente à Despesa Orçamentada, correspondente a 24,5 milhões de euros, e a Despesa de Capital paga teve uma execução de 35,59%, correspondentes a 9 milhões de euros.

As referidas execuções traduzem-se, relativamente ao ano anterior, num acréscimo na componente Corrente de 2,11%, e na componente de Capital de 1,05%.

Quadro 9 - Evolução da Despesa por Económica

Designação	2024			2025			Δ %
	Dot. Final €	Pago €	Exec. %	Dot. Final €	Pago €	Exec. %	
Pessoal	15 956 245,98	12 379 469,16	77,58	16 740 909,19	13 025 740,65	77,81	5,22
Aquisição Bens e Serviços	26 418 532,01	7 655 198,55	28,98	28 417 143,40	9 234 655,89	32,50	20,63
Juros e Outros Encargos	39 824,00	16 695,38	41,92	52 231,00	14 659,49	28,07	-12,19
Transf. Correntes	3 097 688,51	2 178 023,25	70,31	3 279 749,61	2 113 383,18	64,44	-2,97
Outras Desp. Correntes	3 432 188,00	22 899,38	0,67	3 045 395,60	126 930,73	4,17	454,30
DESPESAS CORRENTES	48 944 478,50	22 252 285,72	45,46	51 535 428,80	24 515 369,94	47,57	10,17
Aquisição Bens Capital	21 674 129,58	7 330 867,28	33,82	24 845 099,42	8 548 421,93	34,41	16,61
Transferências Capital	185 744,61	139 816,54	75,27	354 530,00	340 903,32	96,16	143,82
Passivos Financeiros	149 028,00	144 594,43	97,03	223 130,00	159 617,27	71,54	10,39
Outras Despesas Capital	36 353,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CAPITAL	22 045 255,19	7 615 278,25	34,54	25 422 759,42	9 048 942,52	35,59	18,83
DESPESAS TOTAIS	70 989 733,69	29 867 563,97	42,07	76 958 188,22	33 564 312,46	43,61	12,38

Em 2025 a Despesa Corrente paga teve maior expressão nas despesas com pessoal (mais de 13 milhões de euros), na aquisição de bens e serviços (mais de 9,2 milhões de euros) e nas transferências correntes (mais de 2,1 milhões de euros).

Por seu turno, nas Despesas de Capital a rubrica aquisição de bens de capital, apresenta um valor superior ao verificado em 2024, com cerca de 8,5 milhões de euros, (+ 1,2 milhões de euros), tendo o peso de 94% neste tipo de despesa.

Nos Quadros 10 e 11 seguintes regista-se a evolução, nos dois últimos anos, da Despesa realizada e da Despesa paga, o primeiro na área das Despesas Correntes e o segundo na área das Despesas de Capital:

Quadro 10 - Evolução da Despesa Corrente

Designação	Realizado €		Pago €	
	2024	2025	2024	2025
Despesas Pessoal	12 666 241,51	13 332 027,96	12 379 469,16	13 025 740,65
Aquisição Bens e Serviços	7 678 509,08	9 319 594,27	7 655 198,55	9 234 655,89
Juros e Outros Encargos	16 695,38	14 659,49	16 695,38	14 659,49
Transf. Correntes	2 180 023,25	2 113 383,18	2 178 023,25	2 113 383,18
Outras Despesas Correntes	22 929,38	126 930,73	22 899,38	126 930,73
DESPESAS CORRENTES	22 564 398,60	24 906 595,63	22 252 285,72	24 515 369,94

Quadro 11 - Evolução da Despesa de Capital

Designação	Realizado €		Pago €	
	2024	2025	2024	2025
Aquisição Bens Capital	7 709 925,06	8 655 630,78	7 330 867,28	8 548 421,93
Transferências Capital	139 816,54	340 903,32	139 816,54	340 903,32
Passivos Financeiros	144 594,43	159 617,27	144 594,43	159 617,27
Outras Despesas Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CAPITAL	7 994 336,03	9 156 151,37	7 615 278,25	9 048 942,52

TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL

O ano de 2025 encerrou com uma Despesa orçamentada de mais de 76,9 milhões de euros e paga de 33,6 milhões de euros, ficando-se a taxa de execução nos 43,61%.

Esta percentagem resulta da conjugação de uma taxa de execução da Despesa Corrente de 47,57% e duma taxa de execução da Despesa de Capital de 35,59%.

Relativamente às Despesas Correntes as rubricas com maior taxa de execução são as Despesas com Pessoal (77,81%) e as Transferências Correntes (64,44%).

Em relação às Despesas de Capital as maiores taxas de execução encontram-se nas Transferências de Capital (96,16%) e nos Passivos Financeiros (71,54%). Estas taxas constam do quadro 9 anteriormente apresentado.

DESPESAS COM PESSOAL

Como já foi referido a rubrica com maior peso no total da Despesa municipal reporta-se às Despesas com Pessoal. Justifica-se documentar o tipo de custos envolvidos, remetendo-nos para os valores inseridos no Quadro 12:

Quadro 12 - Evolução da Despesa Paga com Pessoal

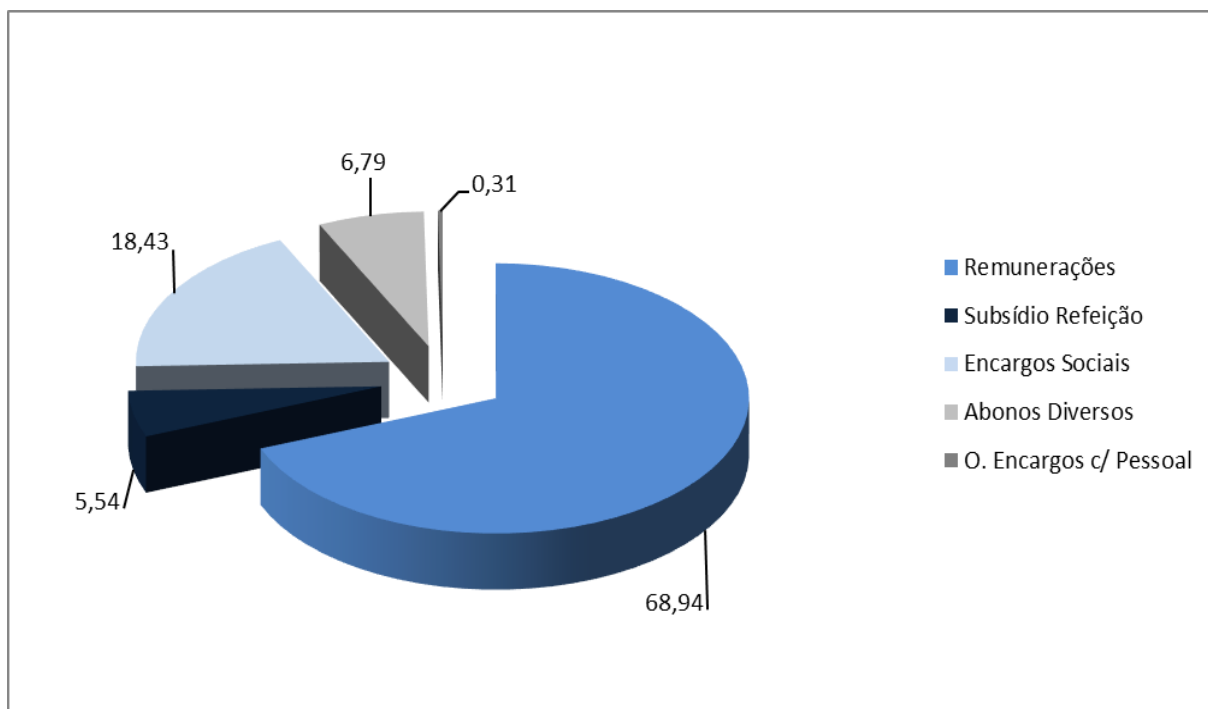
Designação	2022	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Membros Órgãos Autárquicos	145 915,08	157 417,45	170 064,44	164 633,76	-3,19
Pessoal Quadros - C. Individual Trab.	4 609 792,31	5 653 982,85	6 183 110,53	6 649 235,33	7,54
Pessoal Contratado a Termo	37 929,71	24 428,47	0,00	0,00	0,00
Pessoal Reg. Tarefa/Avença	443 032,13	461 685,46	374 321,34	267 942,61	-28,42
Pessoal Aguardando Aposentação	12 627,85	5 751,68	14 679,00	18 857,43	28,47
Pessoal Qualquer Outra Situação	435 814,83	409 384,13	423 969,64	405 699,10	-4,31
Despesas de Representação	45 314,49	47 836,17	55 395,17	52 435,80	-5,34
Subsídio de Refeição	537 728,64	719 466,70	736 963,65	721 290,91	-2,13
Subsídio Férias e de Natal	956 163,45	1 096 433,09	1 203 084,77	1 293 641,11	7,53
Rem. Doença, Maternid./Paternid.	102 613,21	109 587,11	88 722,31	127 224,80	43,40
Horas Extraordinárias	409 143,11	421 936,02	505 235,55	557 142,41	10,27
Ajudas de Custo	19 230,94	16 915,57	21 696,64	25 939,70	19,56
Abono para Falhas	19 573,61	25 348,33	25 343,23	23 281,72	-8,13
Subsídios de Turno/Trabalho Noturno	80 250,49	95 869,83	105 614,93	129 173,07	22,31
Indemnização por Cessação Funções	13 893,67	6 400,08	0,00	0,00	0,00
Outros Suplementos e Prémios	121 030,83	137 284,03	142 188,35	148 985,68	4,78
Encargos com a Saúde	230 568,04	285 632,71	44 797,24	1 260,00	-97,19
Outros Encargos com a Saúde	80 783,73	90 403,33	6 480,24	0,00	-100,00
Subs. Familiar Crianças e Jovens	25 584,35	34 347,38	34 310,01	32 624,89	-4,91
Outras Prestações Familiares	1 610,33	1 935,85	6 752,17	5 928,48	-12,20
Contribuições CGA	746 997,17	821 495,05	865 705,51	871 319,74	0,65
Contribuições TSU	884 566,91	1 087 763,75	1 228 497,69	1 371 801,07	11,66
Outras Contribuições para Seg. Social	13 657,24	23 968,39	23 391,77	19 425,12	-16,96
Acidentes Serviço/Doenças Profiss.	9 328,67	10 890,17	9 729,46	16 199,39	66,50
Seguros	133 828,17	158 100,76	106 831,31	121 470,06	13,70
Outras Despesas Segurança Social	1 609,33	1 300,67	2 584,21	228,47	-91,16
TOTAL DESPESAS PESSOAL	10 118 588,29	11 905 565,03	12 379 469,16	13 025 740,65	5,22

Os valores suportados com as diferentes rubricas apresentadas no quadro anterior refletem, conjuntamente, acréscimos remuneratórios decorrentes de alterações do posicionamento remuneratório (obrigatórias e facultativas); da alteração da base remuneratória da Administração Pública; da atualização dos montantes pecuniários dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única (TRU), decorrente do disposto no DL n.º 1/2025, de 16 de janeiros; do aumento do número de funcionários municipais, entre outras condicionantes de menor impacto.

Em resultado de tudo isto, o custo médio mensal da totalidade das despesas originadas desta área do Pessoal superou 1 milhão de euros, o que representa um acréscimo de 5,22% relativamente ao ano anterior.

Como se evidencia no gráfico seguinte, o grande peso centra-se na área das remunerações:

Gráfico 10 - Peso relativo por grupos de Despesa com Pessoal



COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES DE ANOS SEGUINTE

No Quadro 13 seguinte vão indicados os valores dos compromissos assumidos que implicam responsabilidades em anos futuros, subdivididos por diferentes áreas de intervenção:

Quadro 13 - Compromissos e responsabilidades anos seguintes

Finalidade	2026	2027	2028	2029	> 2029
Apoio ao Emprego e Formação	145 922,20	2 347,00	0,00	0,00	0,00
Energia e Combustíveis	279 865,45	20 500,00	0,00	0,00	0,00
Educação	399 346,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações e Redes de Dados	379 021,85	214 405,56	198 410,07	0,00	0,00
Ambiente e Abastecimento Público	1 794 443,90	7 576,80	0,00	0,00	0,00
Cultura, Desporto e Lazer	74 564,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades de Âmbito Geral	277 631,59	269 639,54	183 883,91	164 412,28	788 238,19
TOTAL	3 350 796,59	514 468,90	382 293,98	164 412,28	788 238,19

Relativamente às responsabilidades futuras salienta-se que, comparativamente com o ano anterior, verifica-se um decréscimo de cerca de 24,85%.

RESULTADO ORÇAMENTAL

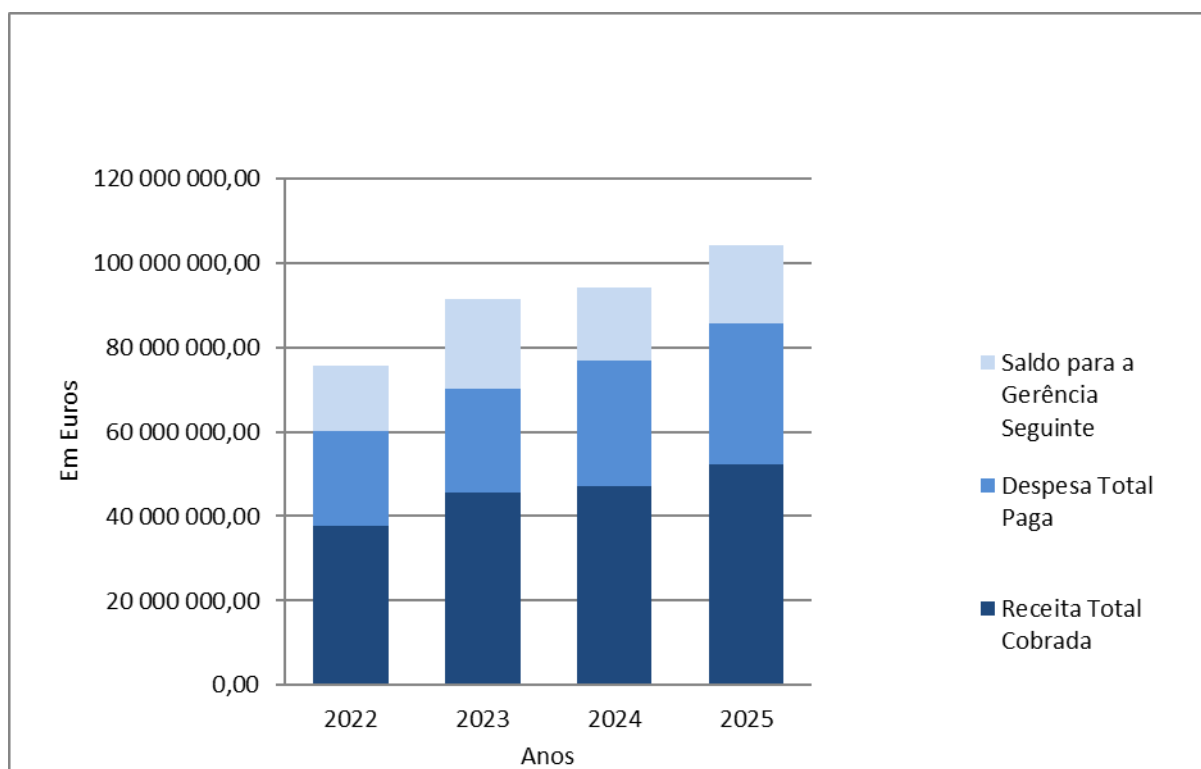
No Quadro 14 seguinte evidencia-se a Receita total cobrada e a Despesa total paga, relativamente aos últimos 4 anos. Igualmente se inscrevem os saldos de gerência apurados.

Quadro 14 - Receita vs Despesa

	2022	2023	2024	2025
Receita Total Cobrada	37 800 398,48	45 705 252,04	47 041 120,19	52 169 438,04
Despesa Total Paga	22 526 870,54	24 428 669,35	29 867 563,97	33 564 312,46
Saldo para a Gerência Seguinte	15 273 527,94	21 276 582,69	17 173 556,22	18 605 125,58

Graficamente, este quadro apresenta-se como segue:

Gráfico 11 - Receita/Despesa/Saldo de Gerência



No quadro seguinte verifica-se que se mantém um saldo global positivo, essencialmente à custa do saldo corrente positivo, que se tem mantido nos últimos exercícios, apesar de se verificar um saldo de capital negativo.

Com a inclusão do saldo da gerência do exercício anterior, regista-se novo incremento do saldo de gerência para o ano seguinte.

Quadro 15 - Resultado Orçamental

	2025
Receita Corrente Cobrada	27 025 137,73
Despesa Corrente Paga	24 515 369,94
Poupança Corrente	2 509 767,79
Receita Capital Cobrada	7 970 277,74
Despesa Capital Paga	9 048 942,52
Saldo Capital	-1 078 664,78
Receita Total Cobrada	34 995 415,47
Despesa Total Paga	33 564 312,46
Saldo da Gerência Anterior	17 174 022,57
Saldo Orçamental	18 605 125,58

PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS

No quadro seguinte apresenta-se a comparação, para os dois últimos anos, dos principais indicadores orçamentais.

Quadro 16 - Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2024	2025
Da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	24,82	34,20
Transferências Correntes / Receitas Correntes	57,04	50,15
Transferências Capital / Receitas Capital	93,89	97,32
Passivos Financeiros / Receitas Capital	0,00	0,00
Receitas Correntes / Receitas Totais	49,14	51,80
Receitas Capital / Receitas Totais	5,63	15,28
Da Despesa		
Pessoal / Despesas Correntes	55,63	53,13
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	34,40	37,67
Transferências Correntes / Despesas Correntes	9,79	8,62
Aquisição de Bens de Investimento / Despesas Capital	74,23	57,99
Transferências Capital / Despesas Capital	1,84	3,77
Passivos Financeiros / Despesas Capital	1,90	1,76
Despesas Correntes / Despesas Totais	74,50	73,04
Despesas de Capital / Despesas Totais	25,50	26,96
Da Capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas (quociente)	1,57	1,55
Receitas Próprias de Funcionamento (em euros) (1)	46 277 131,78	46 396 603,92
Despesas Correntes + Passivos Financeiros (em euros)	22 396 880,15	24 674 987,21
Prazo Médio Pagamentos (em dias) (2)	17	11

*Valores em percentagem, salvo se expressamente indicado de forma diferente

Notas : (1) De acordo com o SNC-AP correspondem às Receitas Totais abatidas das transferências da U.E. e dos Passivos Financeiros (empréstimos).

(2) PMP calculado de acordo com a fórmula publicada no despacho 9870/2009, de 13 de abril.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas das entidades públicas.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma análise da contabilidade de gestão no Município de Alcácer do Sal.

BALANÇO

Em 2025 o ativo do Município de Alcácer do Sal ultrapassou os 93,1 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 3,6 milhões de euros face ao ano de 2024 representando uma subida de 3,99%.

Quadro 17 - Evolução do Ativo

Componentes do Ativo	2025	2024	Δ 2025/2024 €	Δ 2025/2024 %
Ativos fixos tangíveis	60 661 202,40	55 551 382,44	5 109 819,96	9,20%
Propriedades de investimento	7 458 580,68	7 901 822,32	-443 241,64	-5,61%
Ativos intangíveis	75 995,20	92 154,22	-16 159,02	-17,53%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	—
Participações financeiras	533 304,00	533 304,00	0,00	0,00%
Devedores emp. bonif. e subs. reemb.	0,00	0,00	0,00	—
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	—
Diferimentos	77 363,72	0,00	77 363,72	—
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	—
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	—
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	—
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	—
Ativo não corrente	68 806 446,00	64 078 662,98	4 727 783,02	7,38%
Inventários	576 578,42	532 948,06	43 630,36	8,19%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	—
Devedores transf. e subs. não reemb.	793 171,95	4 133 002,11	-3 339 830,16	-80,81%
Devedores emp. bonif. e subs. reemb.	0,00	0,00	0,00	—
Clientes, contribuintes e utentes	507 435,15	231 592,58	275 842,57	119,11%
Estado e outros entes públicos	234 196,05	207 195,57	27 000,48	13,03%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	—
Outras contas a receber	2 699 130,01	2 543 331,32	155 798,69	6,13%
Diferimentos	66 311,76	13 800,00	52 511,76	380,52%
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	—
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	—
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	—
Caixa e depósitos	19 442 038,77	17 812 451,86	1 629 586,91	9,15%
Ativo corrente	24 318 862,11	25 474 321,50	-1 155 459,39	-4,54%
Total do Ativo	93 125 308,11	89 552 984,48	3 572 323,63	3,99%

Da análise às variações da estrutura do ativo podemos constatar que os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) em 2025 representam cerca de 65% do total do ativo e registam um acréscimo superior a 5,1 milhões de euros face ao ano anterior.

Este valor reflete o aumento de mais de 8 milhões de euros, que se refere essencialmente: (Requalificação de acesso ao Cais Palafita da Carrasqueira – 547 mil euros; ETAR de Foros de Albergaria – 670 mil euros; Lote 1 – Edifício Habitacional Multifamiliar – 3,2 milhões de euros; Lote 2 – Unidade Residencial de Alojamento – 627 mil euros; Reabilitação dos Arranjos Exteriores da Escola dos Telheiros – 632 mil euros; Requalificação do Largo Principal da Zona H2 do Torrão – 473 mil euros; Remodelação de Infraestruturas de Casebres – 700 mil euros; Repavimentação de Betuminosos em Alcácer do Sal – 482 mil euros), e ainda à aquisição de diversas viaturas para reforço da frota do Município no valor de 532 mil euros. Em sentido contrário, temos cerca de 2,9 milhões de euros de amortizações/depreciações, bem como, cerca de 800 mil euros de diminuições que se referem principalmente a abates de viaturas em fim de vida, cerca de 391 mil euros, bem como cerca de 53 mil euros do abate de contadores obsoletos, e ainda cerca de 142 mil euros resultado da desagregação de 25% do valor total dos Centros Sociais da Comporta e da Carrasqueira, de forma a autonomizar o valor dos respetivos terrenos relativamente ao valor integral inicialmente reconhecido em edifícios.

Quanto às Propriedades de Investimento, assistimos a um decréscimo na ordem dos 443 mil euros face a 2024, resultado do desreconhecimento de bens que estavam inventariados em duplicado (Terreno cedido em direito de superfície à CEPISA – 132 mil euros; Edifício e Terreno cedido à Sede do Grupo Desportivo do Bº Laranjal – 233 mil euros).

Nos Ativos Intangíveis a descida registada é de 16 mil euros face a 2024, que resulta do valor das amortizações desses mesmos ativos.

Nos Diferimentos, ao contrário do ano de 2024, existe um valor de mais de 77 mil euros que corresponde ao custo diferido de Licenciamento e Serviços – Sistemas de Informação, com contrato desde março de 2025 até março de 2028.

A rubrica Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis verifica-se um decréscimo de cerca de 3,3 milhões de euros face a 2024. Este facto está fortemente influenciado pela reversão parcial do direito a receber de vários projetos: (Recolha Bio 2022, Requalificação da Escola Básica dos Telheiros – 2ª e 3ª fase, Requalificação do Largo Principal da Zona H2 – Bº Miguel Torga Torrão, Parque Intermodal da Margem Sul de Alcácer do Sal, Centro de Apoio à Divulgação e Fruição do Rio Sado, Programa

de Apoio ao Acesso à Habitação – PRR, Instalação do Elevador no Edifício dos Serviços Técnicos).

As dívidas de terceiros representam a 3,44% do total do ativo e registaram um aumento face a 2024 onde representavam 3,10%, este facto está relacionado com as receitas por cobrar no final de 2025 relativas a IMI e a faturação de água, em respetivamente 155 mil euros e 275 mil euros, efetivamente recebidas em 2026.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades em mais de 1,6 milhões de euros de 2024 para 2025, atingindo agora cerca de 19,4 milhões de euros.

As disponibilidades finais ascendem a 19.442.038,77€, dos quais 18.605.125,58€ se referem a operações orçamentais, e que agora se propõe serem incorporados nas receitas de 2026 na rubrica Saldo para a Gerência Seguinte.

Quadro 18 - Evolução do Passivo

Componentes do Passivo	2025	2024	Δ 2025/2024 €	Δ 2024/2023 %
Provisões	494 317,70	494 317,70	0,00	N.A.
Financiamentos obtidos	1 135 005,05	1 292 751,59	-157 746,54	-12,20%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	--
Resp. benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	--
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	--
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	--
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a pagar	829 919,53	632 598,72	197 320,81	31,19%
Passivo não corrente	2 459 242,28	2 419 668,01	39 574,27	1,64%
Credores transf. e subs. não reemb. concedidos	129 551,00	2 000,00	127 551,00	6377,55%
Fornecedores	228 899,15	82 142,57	146 756,58	178,66%
Adiantamentos de clientes/contribuintes/utentes	0,00	0,00	0,00	--
Estado e outros entes públicos	294 385,91	278 000,30	16 385,61	5,89%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Financiamentos obtidos	133 300,93	135 171,66	-1 870,73	-1,38%
Fornecedores de investimentos	345 636,10	456 293,19	-110 657,09	-24,25%
Outras contas a pagar	2 238 938,86	2 303 961,59	-65 022,73	-2,82%
Diferimentos	2 580 209,32	5 363 263,64	-2 783 054,32	-51,89%
Passivos finan. detidos para neg.	0,00	0,00	0,00	--
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Passivo corrente	5 950 921,27	8 620 832,95	-2 669 911,68	-30,97%
Total do Passivo	8 410 163,55	11 040 500,96	-2 630 337,41	-23,82%

Em relação ao passivo, o Município de Alcácer do Sal fechou o ano 2025 com um valor superior a 8 milhões de euros, sendo constituído em 29% por passivo não corrente e em 71% por passivo corrente. Relativamente ao ano transato verificou-se que o passivo corrente sofreu um decréscimo de 30,97% e o passivo não corrente, registou uma subida de 1,64%.

Comparando-se com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 23,82%.

No caso do passivo não corrente, o valor manteve-se semelhante ao exercício anterior e refere-se sobretudo ao valor das outras contas a pagar que cresceram 197 mil euros devido ao elevado número de empreitadas em curso, contrabalançado com a diminuição do valor que se refere aos financiamentos obtidos em cerca de 133 mil euros.

Já do lado do passivo corrente o decréscimo fica a dever-se sobretudo à rubrica de diferimentos que apresenta uma diminuição na ordem dos 2,8 milhões de euros. Explica-se essencialmente pelo decréscimo de transferências para a conta 59 dos valores das participações, visto que ao contrário de 2024, a maior parte das obras que passaram para ativos fixos tangíveis, não foram participadas.

Contribuiu também para a diminuição do passivo corrente o decréscimo da rubrica fornecedores de investimentos que decresceu cerca de 111 mil euros, contrabalançado pelo aumento das rubricas fornecedores conta corrente/conferência em cerca de 147 mil euros, da rubrica credores por transferências e subsídios não reembolsáveis em cerca de 128 mil euros e também da rubrica de estado e outros entes públicos em mais de 16 mil euros, face a 2024.

Quadro 19 - Evolução do Património Líquido

Componentes do Património Líquido	2025	2024	Δ 2025/2024 €	Δ 2025/2024 %
Património/Capital	47 377 440,16	47 316 665,64	60 774,52	0,13%
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	--
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	--
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	--
Reservas	1 526 518,70	1 526 518,70	0,00	0,00%
Resultados transitados	8 894 900,13	10 195 970,54	-1 301 070,41	-12,76%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	--
Outras variações no património líquido	26 187 127,31	20 950 725,48	5 236 401,83	24,99%
Resultado líquido do período	729 158,26	-1 477 396,84	2 206 555,10	-149,35%
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	--
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	--
Total do Património Líquido	84 715 144,56	78 512 483,52	6 202 661,04	7,90%

O Património Líquido do Município de Alcácer do Sal passou a totalizar cerca de 84,7 milhões de euros, o que traduz um acréscimo superior a 6,2 milhões de euros relativamente ao ano anterior equivalente a 7,9%.

A rubrica Património/Capital apresenta um aumento superior a 60 mil euros, que se justifica quase integralmente por uma inventariação no Sistema de Normalização do Património (SNP) na sequência de uma desafetação de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, a fim de promover a criação de espaços para equipamentos/infraestruturas desportivas.

Registou-se um decréscimo dos Resultados Transitados de 2025, que diminuíram 12,76%, ao contrário da rubrica Outras Variações do Património Líquido, que apresentou um acréscimo em mais de 5,2 milhões de euros que decorreu do aumento nas transferências do FEDER e das transferências da Administração Central.

É de salientar a rubrica de Resultado Líquido do Período que aumentou em mais de 2,2 milhões de euros, que faz com que o comportamento global do Património Líquido apresente um aumento significativo face a 2024.

O Resultado Líquido apresenta um valor positivo de 729.158,26 euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se um acréscimo, face ao ano anterior, na ordem dos 2,2 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os rendimentos em 2025 foram superiores a 29,7 milhões de euros para um nível de gastos de cerca de 29 milhões de euros, tendo-se verificado um acréscimo de 17,8% dos rendimentos e um aumento de 8,56% dos gastos face ao ano anterior.

Efetuando uma análise aos gastos de 2025, podemos concluir que houve um acréscimo em cerca de 2,3 milhões de euros face a 2024.

Quadro 20 – Evolução dos Gastos

Gastos	2025	2024	Δ 2025/2024 €	Δ 2025/2024 %
Custo mercad. vendas e mat. consumidas	366 776,13	398 112,37	-31 336,24	-7,87%
Fornecimentos e serviços externos	9 009 213,65	7 790 620,33	1 218 593,32	15,64%
Gastos com pessoal	12 959 013,59	12 035 753,43	923 260,16	7,67%
Transferências e subsídios concedidos	1 945 039,95	1 778 006,36	167 033,59	9,39%
Provisões	0,00	494 317,70	-494 317,70	N.A.
Outros gastos	1 326 470,55	1 150 276,93	176 193,62	15,32%
Gastos de depreciação e amortização	3 360 719,88	3 042 200,49	318 519,39	10,47%
Juros e gastos similares suportados	28 590,88	21 149,90	7 440,98	35,18%
Total	28 995 824,63	26 710 437,51	2 285 387,12	8,56%

À exceção da rubrica, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, que apresentou decréscimo, e da rubrica Provisões que contrário do ano transato, em 2025 não houve lugar a provisões, todas as outras rubricas de gastos, registaram um aumento comparativamente a 2024.

Tal como nos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são o Pessoal (44,69%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (31,07%).

Analisando o período de 2025, para estas duas rubricas de maior peso, temos nos Fornecimentos e Serviços Externos um aumento de 15,64% face a 2024 e nos gastos com o Pessoal registou-se também um ligeiro aumento de 7,67% face ao ano transato.

As amortizações do exercício registaram um aumento de cerca de 318 mil euros em relação a 2024, que se justifica sobretudo pelo reconhecimento de novos Ativos Fixos Tangíveis, (como consequência do trabalho de inventariação dos bens imóveis que

são propriedade do Município e que ainda não se encontravam inventariados) e também pela transferência de imobilizado em curso para Ativos Fixos Tangíveis.

Quadro 21 - Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2025	2024	Δ 2025/2024 €	Δ 2025/2024 %
Impostos, contribuições e taxas	10 527 289,97	6 719 421,99	3 807 867,98	56,67%
Vendas	16 067,32	16 681,28	-613,96	-3,68%
Prestações de serviços e concessões	2 596 701,89	2 568 109,35	28 592,54	1,11%
Transf. e subsídios correntes obtidos	13 554 388,36	13 184 410,58	369 977,78	2,81%
Imparidade de inventários	9 961,05	653,00	9 308,05	1425,43%
Imparidade de dívidas a receber	5 560,70	12 323,62	-6 762,92	-54,88%
Outros rendimentos	3 015 013,60	2 731 162,64	283 850,96	10,39%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	278,21	-278,21	-100,00%
Total	29 724 982,89	25 233 040,67	4 491 942,22	17,80%

Nos proveitos, as rubricas que apresentam uma variação negativa são: as Vendas, as Imparidades de Dívidas a Receber e os Juros e Rendimentos Similares obtidos, correspondendo a um decréscimo conjunto, relativamente ao ano anterior, de mais de 7 mil euros.

A rubrica de Transferências e Subsídios Obtidos apresenta mais de 13,5 milhões de euros, tendo registado um aumento de 2,81%, correspondendo a uma subida de cerca de 370 mil euros, em resultado das transferências oriundas do Orçamento de Estado.

A componente Imparidade de Dívidas a Receber, registou em 2025 um valor superior a 5 mil euros, resultado da reversão de imparidades, e dos movimentos de aumentos/reforços de imparidades no domínio das dívidas a receber, tendo ainda assim, registado um decréscimo face a 2024 em cerca de 55%.

No que se refere à rubrica Outros Rendimentos, esta apresenta um acréscimo de mais de 283 mil euros face a 2024. Em 2025 o valor cifra-se em mais de 3 milhões de euros, valor este que resulta sobretudo da renda de concessão de energia elétrica à E-Redes e da imputação dos subsídios FEDER para investimento.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. Apresentam-se os seguintes indicadores:

Quadro 22 - Indicadores Económico-Financeiros

Indicadores	Rácio	2025	2024
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	91%	88%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	10,07	7,11
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	4,08	2,95
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	3,27	2,07

Todos os indicadores refletem em 2025 acréscimos face a 2024, mantendo assim, a robustez evidenciada nos indicadores apresentados .

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Os limites de endividamento surgiram com a entrada em vigor da Lei n.º 2 de 2007, de 15 janeiro. Em 2014 houve alteração nos cálculos do limite de endividamento e no apuramento da dívida total, de acordo com os artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, consideram-se os limites da Dívida Total nos termos do referido artigo 52.º para 2024, como se transcreve:

“1 - A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos Municípios, junto de instituições

financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um Município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos Municípios referida no n.º 1, não é considerado:

- a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e
- b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, e no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos Municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos Municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

Clarifica-se que durante o ano de 2025, a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro é aumentada

para 40 % de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 144º da Lei 45-A/2024 de 31 de dezembro (LOE).

Os limites da Dívida Total em 2025, para o Município de Alcácer do Sal, conforme informação fornecida pela DGAL para o 4º trimestre 2025, calculados de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 29/2023 de 04 de julho, são os seguintes:

- O limite da Dívida Total foi fixado em 35.936.709,79€;
- A Dívida Total municipal (incluindo entidades relevantes) foi de 3.151.430,63€;
- A Dívida Total municipal [excluindo não orçamentais, capital excecionado (empréstimos) e FAM] foi de 1.239.576,63€;
- Ficando assim uma margem absoluta de 34.697.133,16 €. Contudo, face às normas legais aplicáveis, a margem utilizável no ano 2025 é de 13.842.050,16€.

O valor da Dívida Total municipal registado em 2025 sofreu um acréscimo, quando comparado com os valores apurados de 2024, de 3,97% correspondente ao valor de 120.253,25€. Podemos, assim, inferir que o Município de Alcácer do Sal mantém uma posição cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2025, não excedendo o limite de endividamento.

CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de custos foi implementada neste Município em 2012. Quanto à contabilidade de Gestão, com a implementação na Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão (NCP 27), está em fase de consolidação, nomeadamente no que diz respeito aos rendimentos.

A NCP 27 estabelece que a Contabilidade de Gestão se destina a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, a partir dos quais se obtêm informações, permitindo um maior rigor na gestão de recursos, para satisfazer necessidades de informação ao executivo municipal na tomada de decisões, de modo que possam gerir de forma mais eficaz e eficiente os recursos ao seu dispor.

O SNC–AP, na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, tem como objetivo estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

Dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser efetuado e sabendo que a Contabilidade de Gestão é um instrumento de gestão interna e uma ferramenta cada vez mais determinante no tratamento da informação, o Município de Alcácer do Sal tem vindo a efetuar esforços no sentido de aperfeiçoar os resultados, que daí advêm.

Este processo implicou uma adaptação significativa dos sistemas de informação, dos procedimentos contabilísticos e das práticas organizacionais, com o objetivo de alinhar o Município com as melhores práticas no domínio da gestão pública e da análise económico-financeira.

A implementação da Contabilidade de Gestão no Município é ainda relativamente recente e, por isso, tem sido desenvolvida numa base simplificada, atendendo à elevada complexidade organizacional, à sua dimensão e à diversidade das atividades que desempenha.

Apesar destas condicionantes, foi já possível proceder à distinção entre custos diretos e indiretos por bem ou serviço, representando um avanço significativo na estruturação da informação interna, não existindo ainda condições de apresentar os custos diretos e indiretos e o respetivo rendimento associado por cada bem produzido ou serviço prestado.

A sua consolidação permitirá reforçar a eficiência dos processos internos e, simultaneamente, contribuir para os objetivos de responsabilização e transparência na prestação de contas, alinhando-se com as melhores práticas de gestão pública.

De acordo com o parágrafo 34 da NCP 27, as autarquias locais devem obter e divulgar informação relativa:

- “(a) Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- (b) Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades (se existirem);
- (c) Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidente com o exercício económico;
- (d) Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.”

Neste âmbito, têm sido adotadas medidas específicas para dar cumprimento aos requisitos previstos no parágrafo 37 da NCP 27, que estabelece um conjunto de divulgações obrigatórias para as autarquias locais, conforme transcrito no normativo. Estas exigências constituem um referencial importante para assegurar maior transparência, comparabilidade e rigor na apresentação da informação financeira e de gestão:

“No caso de autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir) por cada:

- a) Bem produzido ou serviço prestado;
- b) Função, unidade, departamento ou atividade;
- c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos.”

A Contabilidade de Gestão é um instrumento de gestão interna que permite desagregar os custos e proveitos por bens, serviços e funções, e como tal complementa a contabilidade orçamental (na ótica da despesa e da receita) e a contabilidade patrimonial (alterações na composição ou valor do património) e apura resultados mensais a partir dos quais se obtêm informações que ajudam na tomada de decisão dos órgãos de gestão e administração.

O apuramento dos custos e proveitos dos bens, serviços e funções, corresponde ao apuramento dos custos e proveitos diretos e indiretos relacionados com toda a atividade produtiva, distribuição, administração geral e financeira do Município. Todos os custos e proveitos do município foram tratados, tendo sido repartidos por diretos, indiretos e não incorporáveis.

Custos e Proveitos Diretos a Bens e Serviços – custos cuja incorporação é facilmente observável para um determinado bem ou serviço e que se imputam através de chaves de repartição.

Custos e Proveitos Diretos a uma Função e Indiretos a Bens e Serviços – custos cuja incorporação não é direta a um bem ou serviço, mas que são repartidos pelos bens e serviços das funções a que respeitam, critério de imputação este, que foi utilizado pelo Município de Alcácer do Sal.

Custos e Proveitos não Incorporáveis – são aqueles que não se referem ao exercício em análise, e por esse motivo não são imputados a qualquer função, bem ou serviço. São imputados diretamente a resultados e nesta base estão incluídos nomeadamente, os custos e proveitos de exercícios de anos anteriores, as imparidades e as provisões. Em 2025, o valor registado em custos e proveitos não incorporáveis, foi de 8.719.394,47€, 398.852,59€ referente a custos e 8.320.541,88€ a proveitos.

As Funções, por sua vez, foram determinadas de acordo com o classificador funcional previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, garantindo a harmonização com a classificação funcional da despesa pública. No Município não existem custos e proveitos indiretos às funções uma vez que através da Contabilidade de Gestão conseguimos sempre fazer a sua afetação no mínimo à Função correspondente.

ANÁLISE DE CUSTOS E RENDIMENTOS POR FUNÇÕES

Quadro 23 – Evolução dos Custos por Funções

Código	Designação	Custos por Funções 2025	Custos por Funções 2024	Δ 2025/2024
1	Funções Gerais	6 816 739,66	6 006 867,01	13,48%
111	Administração Geral	6 269 225,69	5 660 824,55	10,75%
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	547 513,97	346 042,46	58,22%
2	Funções Sociais	14 877 120,24	14 272 010,83	4,24%
211	Ensino Não Superior	2 871 126,14	2 782 859,11	3,17%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	812 662,79	808 040,84	0,57%
221	Serviços Individuais de Saúde	24 027,85	19 977,19	20,28%
232	Ação Social	777 128,38	706 633,90	9,98%
241	Habitação	109 192,04	96 229,36	13,47%
242	Ordenamento do Território	89 386,60	67 029,31	33,35%
243	Saneamento	1 404 334,07	1 277 983,34	9,89%
244	Abastecimento de Água	2 160 624,49	1 987 616,16	8,70%
245	Resíduos Sólidos	1 844 613,29	1 701 967,72	8,38%
246	Proteção M. Ambiente e Conserv. Natureza	1 192 531,78	1 330 059,25	-10,34%
251	Cultura	2 023 020,66	1 950 007,64	3,74%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1 451 939,38	1 469 256,93	-1,18%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	116 532,77	74 350,08	56,74%
3	Funções Económicas	4 608 612,81	3 817 760,25	20,72%
320	Indústria e Energia	637 051,98	416 190,92	53,07%
331	Transportes Rodoviários	2 000 608,67	1 708 845,13	17,07%
333	Transportes Fluviais	4 632,64	770,16	501,52%
341	Mercados e Feiras	1 432 507,93	1 189 879,60	20,39%
342	Turismo	529 933,19	501 631,25	5,64%
350	Outras Funções Económicas	3 878,40	443,19	775,11%
4	Outras Funções	352 408,72	394 755,61	-10,73%
410	Operações da Dívida Autárquica	4,02	590,68	-99,32%
420	Transferências entre Administrações	183 396,00	218 565,00	-16,09%
430	Parque de Máquinas e Viaturas	169 008,70	175 599,93	-3,75%
Total		26 654 881,43	24 491 393,70	8,83%

Ao observarmos o Quadro 23, verificamos um aumento do valor total dos custos por funções do ano 2024 para o ano 2025, num valor de cerca de 2,2 milhões de euros.

As funções gerais aumentaram cerca de 800 mil euros, correspondendo a cerca de 13,48%.

No que diz respeito às funções sociais, houve uma variação positiva em cerca de 4,24%, que corresponde a cerca de 600 mil euros, devendo-se quase na sua totalidade, ao investimento realizado na educação, saneamento, abastecimento de água e resíduos sólidos.

Os aumentos registados nestas funções, demonstram uma maior fiabilidade no apuramento da informação que o Município reporta à ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e à DGAL no âmbito do FFD – Fundo de Financiamento da Descentralização.

As funções económicas também sofreram um acréscimo, de cerca de 800 mil euros referente sobretudo à imputação nas funções: Transportes Rodoviários, Mercados e Feiras e Indústria e Energia.

Por último, nas outras funções, observou-se um decréscimo de 10,73%, que se deveu quase na totalidade à diminuição das Transferências entre Administrações.

Quadro 24 – Custos e Rendimentos Diretos a Bens e Serviços

Código	Designação	Custos Diretos a Bens e Serviços 2025	Proveitos Diretos a Bens e Serviços 2025	Resultados
1	Funções Gerais	1 563 512,85	21 341 241,13	19 777 728,28
111	Administração Geral	1 087 945,48	21 341 241,13	20 253 295,65
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	475 567,37	-	-475 567,37
2	Funções Sociais	11 305 306,00	4 862 109,29	-6 443 196,71
211	Ensino Não Superior	2 425 157,02	1 792 145,76	-633 011,26
212	Serviços Auxiliares de Ensino	684 639,38	124 297,59	-560 341,79
221	Serviços Individuais de Saúde	7 875,21	-	-7 875,21
232	Ação Social	572 571,52	261 798,71	-310 772,81
241	Habitação	42 213,27	40 401,55	-1 811,72
242	Ordenamento do Território	-	-	-
243	Saneamento	1 086 020,87	702 292,25	-383 728,62
244	Abastecimento de Água	1 860 485,17	904 473,86	-956 011,31
245	Resíduos Sólidos	1 008 096,70	937 166,62	-70 930,08
246	Proteção M. Ambiente e Conserv Natureza	982 650,37	29 386,54	-953 263,83
251	Cultura	1 479 168,90	30 588,88	-1 448 580,02
252	Desporto, Recreio e Lazer	1 042 150,06	39 557,53	-1 002 592,53
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	114 277,53	-	-114 277,53
3	Funções Económicas	2 780 502,65	1 037 653,83	-1 742 848,82
320	Indústria e Energia	319 853,26	875 155,64	555 302,38
331	Transportes Rodoviários	840 188,22	37 522,53	-802 665,69
333	Transportes Fluviais	3 211,04	-	-3 211,04
341	Mercados e Feiras	1 320 279,04	44 246,42	-1 276 032,62
342	Turismo	293 092,69	75 700,96	-217 391,73
350	Outras Funções Económicas	3 878,40	5 028,28	1 149,88
4	Outras Funções	88 960,75	3 482,33	-85 478,42
410	Operações da Dívida Autárquica	-	-	-
420	Transferências entre Administrações	-	-	-
430	Parque de Máquinas e Viaturas	88 960,75	3 482,33	-85 478,42
Total		15 738 282,25	27 244 486,58	11 506 204,33

Os bens e serviços incluídos nas funções 121, 253 e 333, referem-se na sua totalidade aos previstos na alínea a) do parágrafo 37 da NCP 27, ou seja, sem proveitos obtidos. Quanto aos bens e serviços incluídos nas restantes funções, referem-se aos previstos na alínea c) do parágrafo 37 da NCP 27, ou seja, com proveitos obtidos.

Quanto ao apuramento de resultados dos custos e proveitos diretos a bens e serviços verificamos que os custos ascendem a 15,7 milhões de euros enquanto os proveitos

registram 27,2 milhões de euros, o que corresponde a um resultado positivo de 11,5 milhões de euros.

De salientar que só estamos aqui a comparar os custos e proveitos diretos a bens e serviços, sendo que os custos indiretos a bens e serviços ou diretos apenas às funções ascendem a mais 10,9 milhões de euros. Perfazendo um total de custos de 26,7 milhões de euros, e consequentemente um resultado de cerca de 600 mil euros.

OUTRAS SITUAÇÕES

Como referido na introdução são vários os desafios que decorrem da aplicação do SNC-AP. Desses desafios, destacamos a aplicação da NCP 4 – acordos de concessão de serviços.

Apesar de identificado, não foi obtida informação detalhada e atualizada, junto do concessionário, de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis que permita o adequado reconhecimento/desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil, e quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelo concessionário, daqueles adquiridos pelo concedente e já reconhecidos por este, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.

De acordo com a Orientação Técnica 1/2025 de 18 de fevereiro da Comissão de Normalização Contabilística, que se debruçou sobre este tema, concluiu-se que por estes motivos não estão preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2025, positivo no montante de 729.158,26€, tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 36.457,91€, correspondente a 5% do Resultado Líquido;
- O restante valor de 692.700,35 seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	DESIGNAÇÃO	SNC- -AP	Documento TC
52	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	-	-
53	Balanço	NCP1	A1
54	Demonstração de resultados por natureza	NCP1	A1
55	Demonstração das alterações no património líquido	NCP1	A1
56	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1	A1
57	Anexo às demonstrações financeiras	NCP1	A1
84	Anexo I – Caracterização da entidade	NCP1	A4
87	Anexo II – Organograma	NCP1	A1
88	Anexo III – Empréstimos obtidos – empréstimos bancários	NCP1	A5
89	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	-	-
90	Orçamento	NCP26	A1
91	Plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
92	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26	A1
93	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26	A1
94	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26	A1
95	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
96	Anexo às demonstrações orçamentais	-	-
98	Alterações orçamentais da receita	NCP26	A1
99	Alterações orçamentais da despesa	NCP26	A1
100	Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
101	Operações de tesouraria	NCP26	A1
102	Contratação administrativa – situação dos contratos	NCP26	A1
103	Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento	NCP26	A1
104	Transferências e subsídios – despesa	NCP26	A1
105	Transferências e subsídios – receita	NCP26	A1
106	Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos	-	NT1/2017
107	Certificação legal de contas	-	A4
108	Relatório e parecer do revisor oficial de contas	-	A4
109	OUTROS DOCUMENTOS	-	-
110	Anexo IV – Declaração de compromissos plurianuais no âmbito da LCPA	-	-
112	Anexo V – Declaração de pagamentos em atraso no âmbito da LCPA	-	-
114	Anexo VI – Declaração de recebimentos em atraso no âmbito da LCPA	-	-
116	Anexo VII – Resumo diário de tesouraria	-	-
117	Anexo VIII – Síntese das reconciliações bancárias	-	A4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações ao património líquido

Demonstração de fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no Anexo I e, o organograma, no Anexo II.

No quadro 1 apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação da caixa e depósitos

Conta	2024	2025
Caixa	2 877,97	3 050,58
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	17 546 709,68	19 019 560,15
Depósitos de garantias e caucões	262 864,21	419 428,04
Total	17 549 587,65	19 442 038,77

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), de modo a representarem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de Alcácer do Sal.

A informação é preparada na base do acréscimo, onde os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam, independentemente do momento do pagamento ou recebimento.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mesurados ao seu custo de aquisição, deduzindo as correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade.

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos não se integrem nas atividades atribuídas ao Município, conforme as Notas de

Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, publicadas em anexo da Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho na sua atual redação.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A amortização é calculada numa base duodecimal.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, deduzidas das perdas por imparidade.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta), o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2 (classificador complementar).

Contas a receber

As contas “clientes” e “outras contas a receber” são reconhecidas pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Município não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foram solicitados pedidos de pagamento), ou a aguardar o seu início ou execução.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado pelo custo médio ponderado.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 2 – Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Prog. computador e sist. inform.	622 033,64	529 879,42		92 154,22	635 773,48	559 778,28		75 995,20
Propriedade Industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	622 033,64	529 879,42		92 154,22	635 773,48	559 778,28		75 995,20

Quadro 3 – Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada a Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Reava liações	Reversões e perdas	Perdas por Imp.	Amortiz. Período	Diminui ções	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Prog. computador sistemas inform.	92 154,22	13 739,84					-29 898,86		75 995,20
Propriedade Industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso									
Total	92 154,22	13 739,84					-29 898,86		75 995,20

Quadro 4 – Adições

Rúbricas	Adições									
	Inter nas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Loca ção fin.	Fusão/ Cisão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodw ill										
Projetos de desenvolvimento										
Prog. computador sistemas inform.		13 739,84								13 739,84
Propriedade Industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total		13 739,84								13 739,84

Quadro 5 – Diminuições

Rúbricas	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão/ Cisão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodw ill					
Projetos de desenvolvimento					
Prog. computador sistemas inform.					
Propriedade Industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
Total					

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Com a transição para o SNC-AP, de acordo com a NCP4, devem ser identificados e avaliados os acordos de concessão enquadráveis na referida norma, nos seus termos e impactos patrimoniais, para serem objeto de reconhecimento contabilístico, durante um período de transição considerado.

Apesar de identificado, não foi obtida informação detalhada e atualizada, junto do concessionário, de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis que permita o adequado reconhecimento/desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil ,e quando aplicável, a vida útil remanescente, separando

os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelo concessionário, daqueles adquiridos pelo concedente e já reconhecidos por este, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.

De acordo com a Orientação Técnica 1/2025 de 18 de fevereiro da Comissão de Normalização Contabilística, que se debruçou sobre este tema, concluiu-se que por estes motivos não estão preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos disponíveis.

Quadro 6 – Concessões

Contrato de Concessão	Concessi onário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Alcácer do Sal (E-redes)			20 Anos				

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível (AFT) foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou linha reta) para calcular as depreciações.

Quadro 7 – Bens não inventariados

Designação	Tipologia	Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Determinado no Ano	Classificação Patrimonial
Prédio Vale de Água - Captações de Água	Edifício	150109	1100	26 745,25	2021	AFT
Olival da Estrada	Terreno Urbano	150108	1291	2 669,45	2021	AFT / DP
Olival da Estrada	Terreno Urbano	150108	1292	984,55	2021	AFT / DP
Bairro Professor Francisco Gentil	Terreno Urbano	150108	2152	11 615,89	2023	DP
Bairro do Laranjal - Totalidade da área do Loteamento do Bº do Laranjal	Terreno Urbano	150109	1747	65 102,10	2021	AFT / DP
São Roque	Terreno Urbano	150104	1949	142 577,05	2021	AFT
São Roque	Terreno Urbano	150104	2012	433 780,55	2021	AFT
Cerrado da Fonte Santa	Terreno Urbano	150104	2077	9 891,57	2022	AFT
Courela da Fonte Santa	Terreno Urbano	150104	2079	599 113,90	2021	AFT
Courela da Eira	Terreno Urbano	150104	2991	16 676,45	2021	AFT
Ao Cerrado de Tábuas - Olival	Terreno Urbano	150108	G-41	14,48	1989	AFT
Rua dos Lavradores - Parque de Estacionamento	Terreno Urbano	150104	3157	24 055,30	-	-
Zona habitacional 1 (Junto quartel GNR)	Terreno Urbano	150104	2873	273 606,70	-	-
Prédio em Palma que serve de oficina ocupado pelo Grupo desportivo de Palma	Terreno Urbano	150108	1577	9 585,76	-	-
Bairro Professor Francisco Gentil-Zona de Expansão	Terreno Urbano	150108	2152	5 644,82	-	-
Bº Quintinha Terreno p/10 lotes - só vão ser registados os lotes no SNP	Terreno Urbano	150108	2887	306 070,00	-	-
Total				1 928 133,82		

AFT – ativos fixos tangíveis

DP – domínio público

Devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, apesar de todos os esforços encetados, não foi ainda possível inventariar todos os bens do Município, situação em que se irá continuar a insistir para a respetiva resolução.

Quadro 8 – Bens não valorizados

Evidencia-se a listagem dos bens não valorizados do Município de Alcácer do Sal, que correspondem a bens totalmente amortizados; bens que resultam de ofertas ao Município; bens que pertenciam à empresa municipal EMSUAS e que foram integrados no ativo fixo do Município aquando do encerramento desta e os bens introduzidos por via da delegação de competências no âmbito da educação que pertenciam à EB Pedro Nunes e EB 2+3 Bernardim Ribeiro.

Por fim, e de acordo com o princípio da substância sobre a forma, que afirma que as operações devem ser contabilizadas de acordo com a sua substância e realidade financeira e não apenas de acordo com a sua forma legal, o Município é de facto o gestor desses bens e não a CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, que procedeu à sua aquisição, e como tal, estão inscritos no ativo fixo do Município, nos termos do SNC-AP.

Nº Inventário	Classificação	Descrição	Ano
14430	43712	Platina Elétrica EH 4	2007
14431	43712	Berbequim de Percussão SB 13XE	2007
14705	43712	Quadro aquarela - Alcácer III - Av. João Soares Branco - Pedro Charneca	2007
14706	43712	Quadro a óleo - Salatia Romana - Maria Christina Pals	2007
17691	43042	Serigrafia - Ponto de Fuga Atlântico II - Américo Ferreira Silva	2008
18135	43723	Tapete 0,60x0,90 m	2008
18490	43343	Leitor de DVD Panasonic	2008
22786	43351	Peladora de batatas Sammic PP-6	2010
23264	43725	Extração de fumos com motor de cobertura	2010
23265	43725	Insuflação de Ar Novo feito pela grelha na parede	2010
23266	43725	Variador de frequência eletrónico	2010
24637	443	Software mSic-Sinc, p/ sistema de leitura ótica p/ etiquetas de bens	2010
25004	43363	Sistema de rega	2011
27917	43711	Sistema Anti-roubo	2014
27964	43721	Escada Berner 3,3 Mts	2014
27965	43712	Faca para máquina Ferri HRC	2014
27966	43726	Salamandra	2014
27967	43311	Computador P III 500 MHz 6,4M	2014
27968	43311	Computador	2014
27969	43311	5 UPS M GE NOVA 600VA	2014
27970	43311	Computador GOLDNET	2014
27971	43311	Computador GOLDNET	2014
27972	43311	Computador Portatil TOSHIBA	2014
27973	43311	2 UPS M GE NOVA 600VA	2014
27975	43311	PC Intel Dual Core	2014
27976	43311	PC ASUS G31	2014
27977	43311	Computador Intel D430	2014
27978	43311	Impressora HP 1120	2014
27979	43311	Impressora Minolta Págero 1100L	2014
27980	43311	Computador P IV 16 GB	2014
27981	43311	Computador AMD SEMPRON 2,6 GHZ	2014
27982	43311	Impressora CLP laser cores	2014
27983 - 27984	43311	Monitor BENQ preto	2014
27985 - 27986	43311	Telemóvel	2014
27987	43311	Impressora LEXMARK C500N	2014
27988	43311	Fotocopiadora Minolta EP 1054	2014
27989	43326	Camara Sony MVC - FD75	2014
27990 - 27994	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27995	43712	Talocha mecânica BM 1200 H	2014
27996	43712	Saltilão Mikasa	2014
27997	43375	Serrote fita TP	2014
27998	43361	Corta relvas Muculloch Mac 19 BSP (485)	2014
27999	43361	Corta relvas Oleo Mac 648 H (486)	2014
28000	43712	Martelo demolidor	2014
28001	43712	Berbequim de percussão	2014
28002	43712	Máquina de lavar de alta pressão	2014
28003	43712	Máquina Rubi DS-300	2014
28004	43376	Lixadeira cinta 100x610 BBS 100	2014
28005	43712	Misturadora Berner 1300 W	2014
28006	43712	Perfurador SDS Max BHD-8-1	2014
28007	43376	Lixadeira Berner BOS-280 B. Clic	2014
28008	43311	Impressora Multifunções LEXMARK X12	2014
28009	43311	Impressora Konica Minolta Magicolor	2014
28015	43712	Aparafusadora punho c/ bucha 10,8 V BC	2014
30049 - 30058	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30589	4379	Estrutura de Roll up - dimensão 850x2000mm	2016
30821	43725	Ventilador climatizador S&P - Meteor EC	2017
31484 - 31487	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025416	2017
31488	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025404	2017
31525	43721	ELV suporte "X", branco refª 003.095.94	2017
32699	43363	Motosserra Stihl MS660 (328)	2019
32700	43363	Motosserra Stihl MS250 (326)	2019
1872	42013	Parcela de Terreno sito Rua Olival do Outeiro - Alcácer do Sal	2020
34526	43511- 15	Tablet TABS6 Lite 10,4" SM-P615NZAEPHE	2022
34528	43392 - 2.99	Equipamento de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	2022
34799	43376 - 18.03	Equipamento Frigorífico e de refrigeração	2022
34800	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
34801	43311- 02	Computadores	2022
34802	43311- 13	Monitores	2022
34803	43725 - 04	Desumidificador	2022

Nº Inventário	Classificação	Descrição	Ano
34804	43726 - 02	Aquecedores	2022
34805	43522	Destruidor de papel	2022
34806	43311- 03	Equipamento de rede	2022
34807	4353 - 01	Armários	2022
34808	4353 - 10	Mesas	2022
34809	4353 - 05	Cadeiras	2022
34811		Relógios	2022
34816	43724	Armadura para lampadas fluorescentes	2022
34817	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
34818	43354 - 01	Aspiradores	2022
34840	43724	Armaduras fluorescentes	2022
34841	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
34842	43321- 06	bancadas	2022
34843	4353 - 10	Mesas	2022
34844	4353 - 05	Cadeiras	2022
34845	43341	Outro mobiliário	2022
34846	43511	Outro equipamento informático	2022
34848	43311- 16	PC Portátil	2022
34849	43311- 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
34850	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
34863	4353 - 05	Cadeiras	2022
34866	43321- 13	Equipamento frigorífico e de refrigeração	2022
34869	43522 - 01	Fotocopiadoras	2022
34871	43311- 16	PC portáteis	2022
34873	43311- 02	Computadores	2022
34875	4353 - 13	Sofá	2022
34877	4353 - 10	Mesas	2022
34880	4353 - 01	Armários	2022
34882	43342 - 15	Quadros escolares	2022
34885	43341	Outro mobiliário e equipamento	2022
34887	43721- 06	Bengaleiros	2022
34889	4353 - 11	Placards	2022
34890	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
34891	43311- 02	Computadores	2022
34892	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
34897	43311	Outro equipamento informático	2022
34899	43343 - 14	Projetores diversos	2022
34901	43342 - 15	Quadros escolares	2022
34906	43343 - 07	Ecrãs	2022
34909	4353 - 05	Cadeiras	2022
34912	43341- 03	Cacifos	2022
34914	43311- 02	Computadores	2022
34917	43311- 13	Monitores	2022
34940	43311- 02	Computadores	2022
34941	43311- 13	Monitores	2022
34942	43341- 03	Armários	2022
34943	43344 - 05	Bancos	2022
34944	4353 - 10	Mesas	2022
34945 - 34946	43341- 03	Cacifos	2022
34947 - 34973	4353 - 05	Cadeiras	2022
35013	43342 - 15	Quadros escolares	2022
35014 - 35015	4353 - 01	Armários	2022
35094 - 35103	4353 - 10	Mesas	2022
35104 - 35108	43344 - 05	Bancos	2022
35148 - 35165	4353 - 05	Cadeiras	2022
35166	43311- 02	Computadores	2022
35167	4353 - 10	mesas	2022
35168	43311- 13	Monitores	2022
35189	43311- 16	PC Portátil	2022
35230	4353 - 10	mesas	2022
35231	43311- 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35232	43521- 09	Registadora	2022
35233 - 35255	4353 - 05	Cadeiras	2022
35256	43311- 02	Computadores	2022
35257	43311- 02	Computadores	2022
35326	43311- 16	PC portáteis	2022
35327	43311- 16	PC portáteis	2022
35328 - 35360	43511	Outro equipamento informático	2022
35361- 35364	4353 - 05	Cadeiras	2022
35365 - 35387	4353 - 10	Mesas	2022

Nº Inventário	Classificação	Descrição	Ano
35388 - 35392	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
35393 - 35399	43724	Armaduras fluorescentes	2022
35400 - 35406	4353 - 13	Sofás	2022
35491 - 35496	43721 - 22	Prateleira	2022
35526 - 35535	43724	Armadura para lampadas fluorescentes	2022
35536 - 35537	43725 - 14	Ventoinha	2022
35552	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
35596 - 35609	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
35610 - 35611	43721 - 06	Bengaleiros	2022
35612	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
35613	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35697	43343	Tela de projeção	2022
35726	43341 - 14	Mesa (apoio, bilhar, jogo, pingue-pongue)	2022
35745	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35746	43725 - 14	Ventoinha	2022
35748	43311 - 02	Computadores	2022
35795	43726	Aquecedores	2022
35796	43376 - 18.03	Equipamento Frigorífico e de refrigeração	2022
35797 - 35798	43311 - 02	Computadores	2022
35802	43343 - 17	Televisor	2022
35803	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
35810 - 35842	4353 - 05	Cadeiras	2022
35844 - 35855	4353 - 10	Mesas	2022
35873 - 35875	4353 - 01	Armários	2022
35876 - 35877	43342 - 15	Quadros escolares	2022
35878	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35879	43343	Tela de projeção	2022
35880	43311 - 16	PC portáteis	2022
35881 - 35885	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
35886 - 35893	43724	Armadura para lampadas fluorescentes	2022
35894	43328 - 106	Relógios	2022
35895	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
35896	43721 - 06	Bengaleiros	2022
35897	43721 - 21	Papeleiras	2022
35942 - 35943	43342 - 15	Quadros escolares	2022
35944	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35948	43343 - 07	Ecrãs	2022
35951	4353 - 12	Secretárias	2022
35953	43311 - 02	Computadores	2022
35954	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
35956	43725 - 14	Ventoinha	2022
35958	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
35968 - 35969	43342 - 15	Quadros escolares	2022
35970	4353 - 11	Placards	2022
35972	43311 - 02	Computadores	2022
35974	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
35976	43721 - 06	Bengaleiros	2022
35980	43343 - 14	Projetores diversos	2022
35982 - 35995	4353 - 10	Mesas	2022
35999 - 36024	4353 - 05	Cadeiras	2022
36030 - 36041	43341	Mobiliário	2022
36043 - 36044	43342 - 15	Quadros escolares	2022
36047	43343 - 14	Projetores diversos	2022
36076	4353 - 11	Placards	2022
36077 - 36087	4353 - 10	Mesas	2022
36089 - 36106	4353 - 05	Cadeiras	2022
36107	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
36114	43311 - 02	Computadores	2022
36115	43725 - 14	Ventoinha	2022
36170	43721 - 06	Bengaleiros	2022
36172	4353 - 01	Armários	2022
36178	43311 - 19	Router	2022
36201 - 36210	43341	Mobiliário	2022
36214	4353 - 05	Cadeiras	2022
36220	43311 - 16	PC portáteis	2022
36221	43312 - 13	Telefones	2022
36222	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
36223	43725 - 04	Desumidificadores	2022
36230	43726 - 02	Aquecedores	2022
36232	43721 - 21	Papeleiras	2022

Nº Inventário	Classificação	Descrição	Ano
36247 - 36249	43724	Armaduras fluorescentes	2022
36333	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
36337	43522 - 01	Fotocopiadoras	2022
36338	43522 - 03	Guilhotinas	2022
36339	43522 - 99	Máquina de Plastificar	2022
36340 - 36341	43522 - 05	Máquinas de encadernar	2022
36401- 36403	4353 - 01	Armários	2022
36404 - 36406	4353 - 10	Mesas	2022
36407 - 36408	4353 - 05	Cadeiras	2022
36409	43725 - 14	Ventoinha	2022
36410	43724	Armaduras fluorescentes	2022
36411- 36416	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
36419 - 36422	4353 - 12	Secretárias	2022
36423 - 36426	4353 - 05	Cadeiras	2022
36431- 36434	43311- 13	Monitores	2022
36435	43311- 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
36445	43311- 07	Impressoras	2022
36446 - 36454	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
36455	4353 - 01	Armários	2022
36456	4353 - 11	Placards	2022
36457	43342 - 15	Quadro Branco	2022
36458	43721- 06	Bengaleiros	2022
36459 - 36460	43724	Armadura para lampadas fluorescentes	2022
36461	43522	Destruidor de papel	2022
36462 - 36463	43726 - 02	Aquecedores	2022
36464 - 36466	4353 - 05	Cadeira de executivo	2022
36467	43341	Mobiliário	2022
36468	43522 - 01	Fotocopiadoras	2022
36476	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
36477 - 36498	43511	Outro equipamento informático	2022
36499 - 36501	43311- 16	PC portáteis	2022
36502	43312 - 12	Telecopiadores (fax)	2022
36503 - 36505	43343 - 15	Retroprojetores	2022
36506	43311- 20	Scanners	2022
36508	43326 - 19	Máquina fotográfica	2022
36529	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
36531	43342 - 15	Quadros escolares	2022
36532	43311- 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
36533 - 36558	4353 - 05	Cadeiras	2022
36560 - 36572	4353 - 10	Mesas	2022
36574	43721- 06	Bengaleiros	2022
36576 - 36590	4353 - 10	Mesas	2022
36597 - 36621	4353 - 05	Cadeiras	2022
36622	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
36623 - 36624	43311- 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
36625	43343	Tela de projeção	2022
36626 - 36627	43342 - 15	Quadros escolares	2022
36629 - 36630	4353 - 01	Armários	2022
36631	43311- 02	Computadores	2022
36634	43311- 13	Monitores	2022
36642 - 36647	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
36648	43721- 06	Bengaleiros	2022
36654 - 36673	43511- 02	Computador	2022
32939	443	Software de Antivirus	2022
37048	43391- 36	Robot de desmatação (Princípio Substância sob a forma) (637)	2023
37049	43391- 36	Motoserra Stihl MS 261(Princípio Substância sob a forma) (641)	2023
37050	43391- 36	Motoserra Stihl MS 261(Princípio Substância sob a forma) (640)	2023
37051	43391- 36	Motoserra Stihl MS 261(Princípio Substância sob a forma) (639)	2023
37052	43391- 36	Motoserra Stihl MS 400 (Princípio Substância sob a forma) (642)	2023
37053	43391- 36	Motoserra Stihl MS 500I (Princípio Substância sob a forma) (643)	2023
37054	43391- 36	Motoserra Stihl MS 661(Princípio Substância sob a forma) (644)	2023
37055	43391- 36	Motoserra Podadora MS 201(Princípio Substância sob a forma) (645)	2023
37056	43391- 36	Motoserra Podadora extensível Stihl HT 135 (Princípio Substância sob a forma) (641)	2023
37057	43391- 36	Motorroçadora Stihl FS 461(Princípio Substância sob a forma) (649)	2023
37058	43391- 36	Motorroçadora Stihl FS 461(Princípio Substância sob a forma) (648)	2023
37059	43391- 36	Motorroçadora Stihl FS 461(Princípio Substância sob a forma) (647)	2023
37060	43391- 36	Motorroçadora FS 561(Princípio Substância sob a forma) (654)	2023
37061	43391- 36	Motorroçadora FS 561(Princípio Substância sob a forma) (653)	2023
37062	43391- 36	Motorroçadora FS 561(Princípio Substância sob a forma) (652)	2023

Nº Inventário	Classificação	Descrição	Ano
37063	43391- 36	Motorroçadora FS 561(Princípio Substância sob a forma) (651)	2023
37064	43391- 36	Soprador de mochila a gasolina Stihl BR 800 (Princípio Substância sob a forma) (657)	2023
37065	43391- 36	Soprador de mochila a gasolina Stihl BR 800 (Princípio Substância sob a forma) (656)	2023
37066	43391- 36	Bomba de água Stihl WP600 (Princípio Substância sob a forma) (658)	2023
36743	43429	Biotriturador Destroçador Green Technick (Princípio Substância sob a forma) (11f)	2023

Quadro 9 – Imobilizado em curso (mais de 3 anos)

Designação	Valor	Data Início Imobilizado em Curso	Obs.
Requalificação Escola Básica n.º1 de Alcácer do Sal (Escola Telheiros) - n.º de inv (808 a 81f)	2 19 206,74	05/07/2016	a)
Projeto de Execução para a requalificação da Avenida dos Aviadores	71401,50	13/02/2020	b)
Rede de iluminação pública no acesso ao cais palafítico da Carrasqueira	2 398,50	27/06/2023	c)
Loteamento de expansão da ZIL de Alcácer do Sal - projeto	135 800,36	31/08/2023	d)
Projeto de Reabilitação da "Praça de Touros João Branco Núncio"	168 448,50	25/07/2024	e)
Proj. Execução da Requalificação da Ribeira dos Clérigos	9 741,60	11/10/2024	f)
Proj. instalações elétricas, iluminação suportes arquitectónicos projeto "Portas da Cidade de Alcácer do Sal"	1107,00	07/11/2024	g)
Materiais para substituição das infraestruturas municipais da estrada da Ameira	23 579,46	14/11/2024	h)
Projeto de Telemetria LoRaWAN, Montalvo, Brejos e Comporta	12 436,54	30/12/2024	i)
Portas e estruturas fixas para o edifício contíguo ao edifício principal da Piscina ao Ar Livre de Alcácer	23 542,20	16/01/2025	j)
Execução de bolsas de estacionamento na Carrasqueira	191848,25	05/02/2025	k)
Projeto Eletrotécnico de Iluminação de Património e Infraestrutura	6 125,40	27/03/2025	l)
Pintura do Mercado Municipal de Alcácer do Sal	3 434,40	09/04/2025	m)
Requalificação da Estrada entre Mil-Brejos Batão e a Aldeia de São Romão	593 359,25	02/06/2025	n)
Empreitada de Passadeiras na Zona Envolvente às Escolas em Alcácer do Sal	123 347,40	06/06/2025	o)
Execução do Interface de Mobilidade Sustentável da Comporta	449 873,43	06/06/2025	p)
Alteração de quadros elétricos da Zona Técnica da Piscina Coberta	33 729,43	11/07/2025	q)
Reabilitação da Ponte pedonal metálica de Alcácer do Sal	47 601,00	05/09/2025	r)
Instalação de infraestruturas - portas da cidade de Alcácer do Sal	50 452,03	16/09/2025	s)
Projeto - Reabilitação e melhoria da eficiência energética da Escola Básica Pedro Nunes	24 452,40	06/10/2025	t)
Montagem de Elevador no Edifício dos Serviços Técnicos	28 273,84	30/12/2025	u)
Total	4 120 159,23		

- a) Empreitada a decorrer
- b) Projeto concluído e entregue ao município. A empreitada será lançada em breve.
- c) Projeto a decorrer
- d) Projeto a decorrer
- e) Projeto a decorrer
- f) Projeto a decorrer
- g) Empreitada a decorrer
- h) Empreitada a decorrer
- i) Projeto a decorrer
- j) Empreitada a decorrer
- k) Empreitada finalizada, conta final por concluir
- l) Projeto a decorrer
- m) Empreitada a decorrer
- n) Empreitada a decorrer
- o) Empreitada a decorrer
- p) Empreitada a decorrer
- q) Empreitada a decorrer
- r) Em fase de contratação
- s) Empreitada a decorrer
- t) Projeto a decorrer
- u) Empreitada a decorrer

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se no quadro seguinte.

Quadro 10 – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	749 652,43			749 652,43	749 652,43			749 652,43
Edifícios e outras construções	5 000 387,76	2 922 602,65		2 077 785,11	5 022 373,14	3 072 990,80		1 949 382,34
Infraestruturas	58 243 985,44	45 526 775,90		12 717 209,54	61 354 476,09	46 919 520,36		14 434 955,73
Patrimônio histórico/artístico/cultural	457 351,92			457 351,92	457 351,92			457 351,92
Outros								
Bens do domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Patrimônio histórico/artístico/cultural								
Ativos fixos concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	10 088 155,80			10 088 155,80	10 261 606,34			10 261 606,34
Edifícios e outras construções	33 509 364,41	12 176 768,13		21 332 596,28	38 090 591,21	12 854 128,71		25 236 462,50
Equipamento básico	5 489 816,98	4 324 626,76		1 165 190,22	5 880 395,46	4 603 513,80		1 276 881,66
Equipamento de transporte	6 401 941,65	4 992 341,63		1 409 600,02	6 542 768,70	5 190 446,30		1 352 322,40
Equipamento administrativo	1 034 745,87	759 488,75		275 257,12	1 158 692,12	867 192,19		291 499,93
Equipamento biológicos								
Outros	1 705 015,49	1 311 857,85		393 157,64	1 954 390,97	1 423 463,05		530 927,92
Ativos fixos tangíveis em curso	4 885 426,36			4 885 426,36	4 120 159,23			4 120 159,23
Total	127 565 844,11	72 014 461,67		55 551 382,44	135 592 457,61	74 931 255,21		60 661 202,40

Quadro 11 – Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações					Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Perdas por Imp.	Depreciação s período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	749 652,43	15 961,54	-15 961,54				749 652,43
Edifícios e outras construções	2 077 785,11	21 985,38			-150 388,15		1 949 382,34
Infraestruturas	12 717 209,54	15 673,21	3 094 817,44		-1 392 744,46		14 434 955,73
Património histórico, artístico e cultural	457 351,92						457 351,92
Outros							
Bens do domínio público em curso							
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Infraestruturas							
Património histórico, artístico e cultural							
Ativos fixos em concessão em curso							
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	10 088 155,80	209 128,47	15 961,54			-51 639,47	10 261 606,34
Edifícios e outras construções	21 332 596,28	126 590,53	4 596 691,51		-677 360,58	-142 055,24	25 236 462,50
Equipamento básico	1 165 190,22	572 818,62			-278 887,04	-182 240,14	1 276 881,66
Equipamento de transporte	1 409 600,02	532 390,74			-198 104,67	-391 563,69	1 352 322,40
Equipamento administrativo	275 257,12	124 032,24			-107 703,44	-85,99	291 499,93
Equipamento biológicos							
Outros	393 157,64	249 375,48			-111 605,20		530 927,92
Ativos fixos tangíveis em curso	4 885 426,36	6 926 241,82	-7 691 508,95				4 120 159,23
Total	55 551 382,44	8 794 198,03	0,00		-2 916 793,54	-767 584,53	60 661 202,40

Em Outros Ativos Fixos Tangíveis, o resultado que consta na coluna adições para o ano de 2025, reflete o valor de mais de 8 milhões de euros, que se refere essencialmente: (Requalificação de acesso ao Cais Palafita da Carrasqueira – 547 mil euros; ETAR de Foros de Albergaria – 670 mil euros; Lote 1 – Edifício Habitacional Multifamiliar – 3,2 milhões de euros; Lote 2 – Unidade Residencial de Alojamento – 627 mil euros; Reabilitação dos Arranjos Exteriores da Escola dos Telheiros – 632 mil euros; Requalificação do Largo Principal da Zona H2 do Torrão – 473 mil euros; Remodelação de Infraestruturas de Casebres – 700 mil euros; Repavimentação de Betuminosos em Alcácer do Sal – 482 mil euros), e ainda à aquisição de diversas viaturas para reforço da frota do Município no valor de 532 mil euros.

Em sentido contrário, em 2025 temos cerca de 2,9 milhões de euros de amortizações/depreciações, bem como, cerca de 800 mil euros na coluna das diminuições que se referem principalmente a abates de viaturas em fim de vida, cerca de 391 mil euros, bem como cerca de 53 mil euros do abate de contadores obsoletos, e ainda cerca de 142 mil euros resultado da desagregação de 25% do valor total dos Centros Sociais da Comporta e da Carrasqueira, de forma a autonomizar o valor dos respetivos terrenos relativamente ao valor integral inicialmente reconhecido em edifícios.

Quadro 12 – Adições

Rúbricas	Adições										
	Inter nas	Compra	Cessão	Transf Troca	Exprop.	Doação	Dação em Pagam.	Loc. Fin.	Fusão Cisão	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais										15 961,54	15 961,54
Edifícios e outras construções		18 767,34								3 218,04	21 985,38
Infraestruturas										15 673,21	15 673,21
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens do domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		77 072,50								132 055,97	209 128,47
Edifícios e outras construções										126 590,53	126 590,53
Equipamento básico		443 705,16								129 113,46	572 818,62
Equipamento de transporte		532 390,74									532 390,74
Equipamento administrativo		124 032,24									124 032,24
Equipamento biológicos											
Outros		249 375,48									249 375,48
Ativos fixos tangíveis em curso		4 932 381,31								1 993 860,51	6 926 241,82
Total		6 377 724,77								2 416 473,26	8 794 198,03

Quadro 13 – Diminuições

Rúbricas	Diminuições					
	Alienações a Título Oneroso	Transferência Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens do domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais					-51 639,47	-51 639,47
Edifícios e outras construções					-142 055,24	-142 055,24
Equipamento básico			-11 993,73		-170 246,41	-182 240,14
Equipamento de transporte					-391 563,69	-391 563,69
Equipamento administrativo					-85,99	-85,99
Equipamento biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
Total	0,00		-11 993,73		-755 590,80	-767 584,53

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos

Os empréstimos e respectivos custos são apresentados no ANEXO III.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De acordo com a NCP1, teria de ser divulgado o justo valor das propriedades de investimento. Até ao final da elaboração das demonstrações financeiras, não foi possível apurar com fiabilidade o respetivo justo valor.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano 2025.

Quadro 14 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final	Gastos do Período
		Adições	Transf. Internas	Depreciações Período	Perdas por Imp.	Dif. Camb	Diminuições		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	69 623,00			-1 452,96				68 170,04	
Terrenos e recursos naturais	7 606 098,36	385 173,99					-639 767,85	7 351 504,50	
Edifícios e outras construções	226 100,96			11 152,68			-198 347,50	38 906,14	
Outras propriedades investimento									
Propriedades investimento em curso									
Total	7 901 822,32	385 173,99		9 699,72			-838 115,35	7 458 580,68	

Quadro 15 – Adições

Rúbricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. Troca	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ	Fusão Cisão	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais									385 173,99	385 173,99
Edifícios e outras construções										
Outras propriedades investimento										
Propriedades investimento em curso										
Total									385 173,99	385 173,99

Quadro 16 – Diminuições

Rúbricas	Diminuições				
	Alienações a Título Oneroso	Transfer. Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outros	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	-101 745,33			-538 022,52	-639 767,85
Edifícios e outras construções				-198 347,50	-198 347,50
Outras propriedades de investimento					
Propriedades de investimento em curso					
Total	-101 745,33			-736 370,02	-838 115,35

Nota 9 – Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

O critério para constituição da imparidade a 100% começou a aplicar-se a dívidas com mais de 6 meses.

Quadro 17 - Imparidade de ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas p/ Imparidade Acumulada	Reforço / Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo				
Devedores e credores p/ transf., subsídios e empréstimos bonificados				
Cientes, contribuintes e utentes	844 656,94	402 400,32	65 178,53	507 435,15
Fornecedores				
Pessoal				
Acionistas/sócios/associados				
Outras contas a receber e a pagar				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	611 305,33	44 687,96	9 961,05	576 578,42
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
Ativos biológicos				
Adiantamentos por conta de compras				
Investimentos financeiros				
Propriedades de investimento				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos em curso				
Ativos não correntes detidos para venda				
Total	1 455 962,27	447 088,28	75 139,58	1 084 013,57

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2025 – custo médio ponderado. De seguida apresentam-se os quadros com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 18 – Inventários

Ativo	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	611 305,33	34 726,91	576 578,42
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	611 305,33	34 726,91	576 578,42

Quadro 19 - Inventários: movimentos do período

Ativo	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos do período							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos Gastos	Variações nos Inventários	Perdas por Imp.	Reversões Perdas por Imp.	O. Reduções Inventários	Outros Aumentos Inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	532 948,06	358 853,35	366 776,13			9 961,05	42 597,08	84 189,17	576 578,42
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	532 948,06	358 853,35	366 776,13	0,00	0,00	9 961,05	42 597,08	84 189,17	576 578,42

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Esta nota tem como objetivo transmitir o tratamento contabilístico dos rendimentos provenientes de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 20 - Rendimento com contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiant. Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	20 492,39				
Taxas específicas das autarquias locais	821 920,09				
Multas e outras penalidades	29 942,21				
Vendas					
Produtos acabados e intermédios	16 020,16				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	47,16				
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	2 508 910,91				
Concessões	10 222,89				
Vistorias e ensaios	43 524,99				
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	34 043,10				
Outros serviços					
Outros rendimentos					
Ganhos em inventários	57 564,17				
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 044 806,77				
Correções relativas a períodos anteriores	356,15				
Outros não especificados	99 773,92				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Total	4 687 624,91	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 21 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiant. Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	305 483,59				
Imposto municipal sobre imóveis	2 061 639,50				
Imposto único de circulação	366 203,21				
Outros	6 921 608,98				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	13 465 092,80				
Segurança Social	15 370,08				
Outras entidades	73 925,48				
Reversões					
De depreciações e de amortizações	37 572,82				
De perdas por imparidade	75 139,58				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 812 512,59				
Total	25 134 548,63	0.00	0.00	0.00	0.00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não foram constituídas quaisquer Provisões no exercício de 2025, uma vez que relativamente aos processos judiciais que se encontram em curso, o valor das indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Apesar de identificado um contrato de concessão, não foi obtida informação detalhada e atualizada, junto do concessionário, de cada um dos ativos afetos às concessões e respetivas vidas úteis que permita o adequado reconhecimento/desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil ,e quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhoradas pelo concessionário, daqueles adquiridos pelo concedente e já reconhecidos por este, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.

No âmbito do atual contrato de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão outorgado entre os Municípios e a E-Redes SA, prevê-se a existência de uma indemnização a pagar pelos Municípios a ter lugar no fim da concessão (por resgate ou por extinção do prazo contratual) e que suportará a reversão das infraestruturas da concessão.

A quantia da obrigação associada a um eventual passivo financeiro não é possível ser mensurada com fiabilidade suficiente, com a indemnização a ser determinada após o fim do prazo de concessão por uma comissão a ser constituída.

De acordo com a Orientação Técnica 1/2025 de 18 de fevereiro da Comissão de Normalização Contabilística, que se debruçou sobre este tema, concluiu-se que por estes motivos não estão preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento

Quadro 22 – Provisões

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total de Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	494 317,70									494 317,70
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	494 317,70									494 317,70

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, como é do conhecimento generalizado, atendendo à situação de calamidade que afetou o Concelho de Alcácer do Sal, foi decretada a 1 de fevereiro de 2026, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026, a situação de calamidade em resultado da tempestade “Kristin”.

Em consequência do grave evento meteorológico que originou esta situação de calamidade, foram severamente afetadas as populações residentes, os exploradores de estabelecimentos comerciais situados na zona ribeirinha do Concelho de Alcácer do Sal e o Município de Alcácer do Sal, registando-se prejuízos de elevada gravidade, designadamente perdas de bens móveis, mercadorias, equipamentos, infraestruturas, e demais património pessoal, comercial e municipal.

Os danos apurados comprometeram de forma significativa as condições de habitabilidade, subsistência e o normal exercício das atividades económicas na área afetada, configurando um cenário de excecional gravidade e impacto social e económico.

Ainda na sequência desta situação, vários serviços desta autarquia foram severamente afetados, não reunindo as condições mínimas de trabalho efetivo. Nomeadamente os trabalhadores que elaboram os reportes relativos à prestação de contas do Município, foram alocados a uma Task Force de apoio à população afetada. Estes factos, impediram dar cumprimento ao prazo legal de apresentação de contas até dia 30 de abril, conforme referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e a sua remessa ao Tribunal de Contas até à mesma data conforme preconizado no n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto.

Desta forma, o Município de Alcácer do Sal solicitou em 10 de fevereiro de 2026 a prorrogação do prazo para a entrega da Prestação de Contas relativa ao ano de 2025 junto do Tribunal de Contas, pedido esse que mereceu despacho favorável face aos motivos invocados, até 30 de junho de 2026, tal como consta do despacho sobre o processo 17/2026 do Tribunal de Contas de 10 de março.

Deste modo, estes factos constituíram um evento subsequente ao período de relato, pelo que não dá lugar a ajustamentos, uma vez que já ocorreram em 2026.

Também o conflito no Médio Oriente constitui um evento subsequente que não dá lugar a ajustamentos em 2025, contudo, os efeitos decorrentes destes dois eventos, colocam uma incerteza significativa para a atividade regular do Município, relativa ao exercício de 2026 e seguintes, sobretudo no que se refere a uma espetável subida generalizada dos preços, ou até mesmo no condicionamento do acesso a determinados bens.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Segue-se a informação sobre as Participações Financeiras.

Consta deste mapa o valor da subscrição do capital no Fundo de Apoio Municipal, pelo Município de Alcácer, por força da aplicação da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, que se encontra mensurado ao custo de aquisição.

Quadro 23 – Participações financeiras

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia Escriturada Final
		Compras	Ganhos Justo Valor	Outros	Alienações	Perdas Justo Valor	Outros	
Ativos Financeiros								
Fundo de apoio municipal - FAM	533 304,00							533 304,00
Total	533 304,00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	533 304,00

Nota 21 – Relato por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos.

O Município de Alcácer do Sal, não apresenta o Relato por Segmentos, dado entender que presentemente não é clara a aplicabilidade da referida norma às autarquias locais. Principalmente, por não se encontrarem definidos os eventuais segmentos que as autarquias deveriam utilizar para efeitos daquele relato, nem existir salvaguarda, atualmente, que aquela informação e a sua avaliação possa ser relevante, objetiva e adequadamente comparável entre municípios.

De salientar, no entanto que é entendimento do Município de Alcácer do Sal, que a informação de gestão divulgada, (que nos oferece uma visão mais detalhada sobre os resultados, rendimentos e gastos), conjuntamente com a informação orçamental, (onde incorporam objetivos desdobrados em programas, projetos e ações), contabilística e financeira apresentada, sobre as suas atividades, é adequada e completa, pelo que não se considera ser relevante, no enquadramento atual, um exercício de potencial relato por segmentos sujeito às condicionantes atrás mencionadas.

Nota 23 - Outras divulgações

Não existem dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social por parte do Município de Alcácer do Sal.

Quadro 24 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total

ENTIDADES	Dívida (Balanço)	Exceto Op. Tesouraria	Participação / quota parte ²	Dívida Total
Entidades intermunicipais ³ :				
Comunidade Intermunicipal				31 715,31
CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral			20,00	31 715,31
Entidades associativas municipais ³ :				
Associações de Municípios				1 055,17
AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente			14,28	77,81
AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo			6,38	0,00
AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal			3,39	977,36
TOTAL				32 770,48

Nota: As entidades não disponibilizaram em tempo útil para a elaboração deste documento, todos os elementos solicitados pelo Município de Alcácer do Sal.

De seguida o detalhe de algumas rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

Quadro 25 – Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2025 e 2024, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024
Serviços de saúde	49 189,62	36 029,32
Serviços de transporte	0,00	9 507,24
Serviços de alojamento e de restauração	229 039,00	213 718,76
Serviços de fornecimento de água	2 207 338,16	1 802 692,21
Serviços recolha tratamento resíduos sólidos urbanos	497 460,47	401 205,01
Outros subcontratos ou concessões	322 290,60	171 247,09
Trabalhos especializados	1 407 423,28	1 030 055,75
Publicidade, comunicação e imagem	38 359,64	39 883,55
Vigilância e segurança	103 006,56	99 409,54
Honorários	256 725,43	392 425,25
Comissões	254 869,99	176 215,65
Conservação e reparação	573 338,27	601 932,56
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 811,52	7 335,51
Livros e documentação técnica	1 613,77	865,90
Material de escritório	16 640,52	16 912,33
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	88 369,35	75 764,70
Material de educação, cultura e recreio	11 856,53	8 879,09
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	12 580,49	7 527,55
Produtos químicos e de laboratórios	30 200,31	49 608,41
Outros materiais diversos de consumo	99 775,57	111 627,34
Electricidade	550 329,40	496 881,85
Combustíveis e lubrificantes	408 905,56	404 429,45
Deslocações e estadas	0,00	147,60
Transporte escolar	152 891,92	138 999,90
Outros	12 969,66	15 410,11
Rendas e alugueres	516 725,97	524 835,66
Comunicação	125 995,26	144 963,19
Seguros	102 533,25	96 122,95
Limpeza, higiene e conforto	70 412,01	64 706,00
Outros serviços	860 561,54	651 280,86
Total	9 009 213,65	7 790 620,33

Registou-se um acréscimo nas rubricas: Serviços de fornecimento de água e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos - RSU, bem como, trabalhos especializados, vigilância e segurança, outros serviços, todas elas influenciadas pelo acréscimo dos preços por força da inflação verificada em 2025, que se repercutiu nos preços da maioria dos bens e serviços.

Quadro 26 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com pessoal	2025	2024
Remunerações dos órgãos autárquicos	419 940,02	414 310,24
Remuneração base	7 120 247,25	6 613 999,36
Subsídio de férias	630 547,89	561 661,58
Subsídio de natal	580 675,79	521 345,99
Despesas de representação	20 294,15	20 080,32
Subsídio de refeição	687 261,84	699 744,40
Alimentação e alojamento	0,00	42,21
Ajudas de custo	14 082,70	9 897,97
Trabalho Suplementar	558 541,41	518 601,95
Abono para falhas	23 261,40	25 329,81
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e turno	129 491,06	105 064,68
Formação	21 307,40	18 541,30
Outros abonos variáveis	128 317,85	126 346,80
Encargos sobre remunerações	2 307 909,12	2 110 425,50
Outros gastos com o pessoal	1 350,00	13 976,81
Outros encargos sociais	315 785,71	276 384,51
Total	12 959 013,59	12 035 753,43

O aumento dos gastos com pessoal em 2025, deve-se nomeadamente ao aumento das rubricas da remuneração base, e respetivos encargos sobre remunerações. Estes acréscimos são decorrentes de alterações do posicionamento remuneratório (obrigatórias e facultativas); da alteração da base remuneratória da Administração Pública e da atualização dos montantes pecuniários dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única (TRU), decorrente do disposto no DL n.º 1/2025, de 16 de janeiro.

Quadro 27 – Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2025 e 31/12/2024, são os seguintes:

Diferimentos ativos	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	143 675,48	13 800,00
Total	143 675,48	13 800,00

Quadro 28 – Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2025 e 31/12/2024, são os seguintes:

Diferimentos passivos	2025	2024
Rendimentos a reconhecer		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	2 580 209,32	5 363 263,64
Total	2 580 209,32	5 363 263,64

O decréscimo registado nos diferimentos passivos explica-se essencialmente pela transferência para a conta 59 dos valores das participações referentes às obras em curso transitadas em 2025 para ativos fixos tangíveis, nomeadamente 700 mil euros do Parque Intermodal da Margem Sul de Alcácer do Sal; 573 mil euros da Reabilitação dos Arranjos Exteriores da Escola dos Telheiros; 367 mil euros da Requalificação do Largo Principal da Zona H2 do Torrão; e 3.571 milhões de euros do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – PRR, conjugada com os aumentos referentes ao reconhecimento dos direitos a receber referentes à Requalificação do Largo Principal da Zona H2 – Bº Miguel Torga Torrão no valor de cerca de 386 mil euros; ao Centro de Apoio à Divulgação e Fruição do Rio Sado no valor de mais 977 mil euros; do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – PRR em cerca de 429 mil euros; mais de 700 mil euros Escola Básica n.º 1 dos Telheiros – 3ª fase, e ainda o Elevador dos Serviços Técnicos com o valor de 13 mil euros.

Quadro 29 – Contas a Receber e a Pagar

Outras Contas a Receber	2025	2024
Devedores por contratos de cedência	218 788,91	214 411,85
IMI	1 930 370,00	1 634 040,28
IMT	270 900,51	432 933,68
Derrama	55 593,94	18 441,27
Juros a receber e outros rendimentos	746,04	2 993,08
Outros acréscimos de rendimentos	204 945,61	222 976,16
Cauções entregues a terceiros - OT	1 000,00	0,00
Diversos	16 785,00	17 535,00
Total	2 699 130,01	2 543 331,32

Outras Contas a Pagar	2025	2024
Passivo não corrente		
Cauções	829 919,53	632 598,72
Passivo corrente		
Remunerações a liquidar	1 722 892,77	1 566 802,24
Outros acréscimos de gastos	494 083,61	590 841,62
Cauções	5 385,89	4 488,32
Credores por prestações sociais a pagar	46,89	0,00
Outros devedores e credores - sindicatos	2 066,06	1 991,20
Outros devedores e credores - outros	14 463,64	139 838,21
Total	3 068 858,39	2 936 560,31

O acréscimo registado nas contas a receber é motivado sobretudo pelo valor do IMI, que em 2025 apresenta o valor de 1,9 milhões de euros, enquanto em 2024 o valor se cifrou em cerca de 1,6 milhões de euros.

Quanto à rubrica contas a pagar, o seu valor de 2024 para 2025 apresenta um aumento em cerca de 132 mil euros, motivado pelo acréscimo das componentes das Cauções do Passivo não corrente, que resulta do maior número de empreitadas a decorrer que obrigam à prestação de cauções, e também do aumento das Remunerações a liquidar.

Quadro 30 – Devedores e Credores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis

Os Devedores e Credores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis, à data de 31/12/2025 e 31/12/2024, são os seguintes:

Devedores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis - Ativo	2025	2024
Contratos Programa	53 365,24	56 956,84
Participação Comunitária Projetos Co-financiados - Inalentejo	585 772,65	1 318 227,60
Participação Comunitária Projetos Co-financiados - Outros	154 034,06	2 757 817,67
Total	793 171,95	4 133 002,11

Credores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis - Passivo	2025	2024
Associação Comércio, Indústria, Serviços e Turismo	129 551,00	2 000,00
Total	129 551,00	2 000,00

A variação mais significativa surge na rubrica Devedores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis, ao nível das comparticipações comunitárias de projetos Co-financiados (Inalentejo e Outros) que diminuíram significativamente face a 2024 em mais de 3,3 milhões de euros.

Este facto está fortemente influenciado pelo reconhecimento do direito a receber, oriundo da comparticipação comunitária em projetos cofinanciados – Construção de Edifício Habitacional Multifamiliar 26 fogos, cerca de 3,3 milhões de euros.

Nota final

As notas cujos números não se encontrem neste anexo, não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras do Município de Alcácer do Sal.

Anexo I – Caracterização da entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1. IDENTIFICAÇÃO		
Designação Município de Alcácer do Sal		
NIPC 502150319		
Natureza Autarquia Local		
Endereço postal Largo Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal		
Telefone 265610040 Fax 265247003		
Endereço de correio eletrónico secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt - gab.financeiro@m-alcacerdosal.pt		
Sítio na internet www.cm-alcacerdosal.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?		Sim Não x
Organograma em anexo		
2. LEGISLAÇÃO		
Regime Financeiro Lei 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico Lei 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE	Sim	Não
Serviços Municipalizados		x
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante	
Serviços Intermunicipalizados		x
Entidades Intermunicipais		x
Entidades Associativas Municipais		x
Empresas Locais		x
Empresas Participadas		x
Cooperativas		x
Fundações		x
Entidades de outra natureza		x
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
O Município de Alcácer do Sal planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, saneamento básico, ordenamento do território, urbanismo e cooperação com outras instituições.		
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1.1 DE 01/01/2025 A 27/10/2025		
Vitor Manuel Chaves de Caro Proença		
Manuel Vitor Nunes de Jesus		
Ana Luísa Alferes Pinto Soares		
Vera Lúcia da Silva Letras		
Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos		
Gabriel Afonso Leal Afonso		
Mara Eloisa Pimentas Marques		
5.1.2 DE 28/10/2025 A 31/12/2025		
Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos		
António José Freitas Grilo		
Mário Alberto Martins Caixas		
Arlindo José Paulino de Passos		
Ana Margarida Fura Morgado		
5.2 NÚMERO DE VEREADORES [1]		
Em regime de permanência		2
A meio tempo		1
Restantes vereadores		2
5.3 NÚMERO DE ELEITORES		
Até 10.000		x
Mais de 10.000 e menos de 40.000		
Igual ou superior a 40.000		

6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
Referencial Contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.		
Sistema Informático: aplicação SNC da AIRC		
7 OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
Entidade fiscalizadora IGF-Inspeção Geral de Finanças		
Data da ação 2019		
Período abrangido 01-01-2016 a 31-12-2018		
Identificação da ação Ação de Controlo Contratação Pública		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar)	09/12/2016	
Regulamentos (todos publicados no sítio do Município da internet)		
Código de Conduta	23/12/2021	
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	10/02/2022	25/02/2022
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	11/04/2024	19/04/2024
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental	12/06/2025	27/06/2025
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais		x
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		x
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	x	
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais		x
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL		
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa		
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	534	
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
	17	11
7.9 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	x	
7.10 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
		x

[1] Cópia da ata onde consta a deliberação da instalação da câmara

Anexo II – Organograma

**Anexo III – Empréstimos obtidos – empréstimos
bancários**

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Orçamento

Plano plurianual de investimentos

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

**Demonstração de execução do plano plurianual de
investimentos**

Anexo às demonstrações orçamentais

Anexo as demonstrações orçamentais

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

Assim sendo, apresentam-se no anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

- Alterações orçamentais da receita
- Alterações orçamentais da despesa
- Alterações ao plano plurianual de investimentos
- Operações de tesouraria
- Contratação administrativa – situação dos contratos
- Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento
- Transferências e subsídios – receita
- Transferências e subsídios – despesa

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Alterações orçamentais da receita

Alterações orçamentais da despesa

Alterações ao plano plurianual de investimentos

Operações de tesouraria

Contratação administrativa – situação dos contratos

**Contratação administrativa – adjudicações por tipo de
procedimento**

Transferências e subsídios – despesa

Transferências e subsídios – receita

Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos

Certificação legal de contas

Relatório e parecer do revisor oficial de contas

OUTROS DOCUMENTOS

**Anexo IV – Declaração de compromissos plurianuais
no âmbito da LCPA**

Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2025
nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que
lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2025 se encontram devidamente registados na base de dados do Município de Alcácer do Sal, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2026	3 350 797,59€
2027	514 468,90€
2028	366 420,39€
2029	164 412,28€

Alcácer do Sal, 13 de maio de 2026

A Presidente da Câmara

(Clarisse Campos)

**Anexo V – Declaração de pagamentos em atraso no
âmbito da LCPA**

Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2025
nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que
lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que não existem pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2025.

Alcácer do Sal, 13 de maio de 2026

A Presidente da Câmara

(Clarisse Campos)

**Anexo VI – Declaração de recebimentos em atraso no
âmbito da LCPA**

**Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2025
nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que
lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março**

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que todos os recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2025 se encontram devidamente registados na base de dados do Município de Alcácer do Sal, evidenciados nos mapas anexos.

Alcácer do Sal, 13 de maio de 2026

A Presidente da Câmara

(Clarisse Campos)

Anexo VII – Resumo diário de tesouraria

Anexo VIII – Síntese das reconciliações bancárias

Síntese das reconciliações bancárias

Banco	Número da conta	Saldo certificado pela instituição	Operações em trânsito		Saldo contabilístico
			A adicionar	A subtrair	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (3) + (4) - (5)
Caixa Geral Depósitos	0021.000278.330	928 171,23	6 239,53	332,28	934 078,48
Caixa Geral Depósitos	0021.004044.830	257 173,19		2,74	257 170,45
Caixa Geral Depósitos	0021.001280.030	9 933 486,46	976,10	2,50	9 934 460,06
Caixa Geral Depósitos	0021.000950.830	23 551,16		2,50	23 548,66
Caixa Geral Depósitos	0021.010611.230	34 592,74		666,94	33 925,80
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	6020.40083224933	1 232 097,25	21,45		1 232 118,70
Banco Português de Investimento	5-1393673.001.001	787 661,32	687,51		788 348,83
Novo Banco	0002.5719.4240	211 835,54			211 835,54
Caixa Geral Depósitos	0021.015162.230	807 079,36	131,42	2,50	807 208,28
Caixa Geral Depósitos	0021.015314.530	6 676,28		2,50	6 673,78
Caixa Geral Depósitos	0021.015326.930	3 785 661,64		3,70	3 785 657,94
Caixa Geral Depósitos	0021.015547.430	11 036,93		2,50	11 034,43
Caixa Geral Depósitos	0021.015548.230	8 161,63		2,50	8 159,13
Novo Banco	0023.1428518.23	758 281,07	277 240,79	8 240,98	1 027 280,88
Caixa Geral Depósitos	0021.015943.730	180 825,30		3,46	180 821,84
Novo Banco	0034.1325056.23	6 269,26			6 269,26
Novo Banco	0034.1334659.23	25 607,42	12 063,78	500,90	37 170,30
Novo Banco	0043.7560211.23	21 392,37	489,20	15,70	21 865,87
Caixa Geral Depósitos	0021.1722795.083	18 784,89			18 784,89
Caixa Geral Depósitos	0021.1722365.082	38 202,60			38 202,60
Caixa Geral Depósitos	0021.1722875.011	39 710,92			39 710,92
Caixa Geral Depósitos	0021.1722445.010	56 713,76			56 713,76
Caixa Geral Depósitos	0021.1722605.060	75 465,88			75 465,88
Caixa Geral Depósitos	0021.1725705.083	176 401,16			176 401,16
Caixa Geral Depósitos	0021.1726515.033	7 301,51			7 301,51
Caixa Geral Depósitos	0021.1731275.017	6 847,32			6 847,32
Total		19 438 988,19	297 849,78	9 781,70	19 727 056,27